



# 澳門特別行政區 立法會會刊

## DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第五屆立法會

第四立法會期（二零一六—二零一七）

第一組

第 V-91 期

V LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2016-2017)

I Série

N.º V-91

**Data:** 17 de Outubro de 2016

**Início da reunião:** 15 horas

**Termo da reunião:** 16 horas e 51 minutos

**Local:** Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

**Presidente:** Ho Iat Seng

**Vice-Presidente:** Lam Heong Sang

**Primeiro-Secretário:** Chui Sai Cheong

**Segundo-Secretário:** Kou Hoi In

**Deputados presentes:** Ho Iat Seng, Lam Heong Sang, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Ng Kuok Cheong, Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Vong Hin Fai, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lau Veng Seng, Mak Soi Kun, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Melinda Mei Yi, Tong Io Cheng, Chan Iek Lap, Chan Hong, Zheng Anting, Si Ka Lon, Ma Chi Seng, Lei Cheng I, Wong Kit Cheng, Song Pek Kei.

**Deputados ausentes:** Leonel Alberto Alves e Leong Veng Chai.

**Convidados:** Leong Vai Tac, Secretário para a Economia e Finanças; Ho Veng On, Comissário da Auditoria; Lok Kit Sim, Chefe do GSEF; Ho Wai Heng, Chefe do Gabinete do CA; Iong Kong Leong, Director dos Serviços de Finanças; Neoh Hwai Beng, Director dos Serviços de Auditoria; Shin Chung Low Kam Hong, Director substituto dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes; Cheong Ka Lon, Coordenador-Adjunto, substituto do Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas; Ho Cheong Kei, Coordenador do Gabinete para as Infra-estruturas de Transporte; Ho In Mui, Subdirectora da DSF; e

Tang Sai Kit, Chefe do Departamento de Contabilidade Pública da DSF.

### Ordem do Dia:

- 1) Apresentação do Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2015 e do Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2015, pelos representantes do Governo;
- 2) Projecto de deliberação do Plenário relativo à Proposta do Orçamento Privativo da Assembleia Legislativa para o ano económico de 2017.

### Sumário:

Intervenções no período de antes da Ordem do Dia, dos Srs. Deputados Zheng Anting, Mak Soi Kun, Lau Veng Seng (também em nome de Fong Chi Keong, Chui Sai Cheong e Chui Sai Peng), Chan Meng Kam, Leong On Kei, Si Ka Lon, Song Pek Kei, Wong Kit Cheng, Ho Ion Sang, Sio Chi Wai, José Maria Pereira Coutinho, Chan Hong, Chan Melinda Mei Yi, Lei Cheng I, Kwan Tsui Hang, Ma Chi Seng, Ng Kuok Cheong e Au Kam San. Seguiu-se a apresentação do Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2015 e do Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2015 pelos representantes do Governo; Aprovação do projecto de deliberação do Plenário relativo à Proposta do Orçamento Privativo da Assembleia Legislativa para o ano económico de 2017.

### Acta:

**Presidente:** Srs. Deputados:

Declaro aberta hoje a 4.ª Sessão Legislativa da 5.ª Legislatura da Assembleia Legislativa.

Vamos passar ao período de antes da Ordem do Dia. Tem a palavra o Sr. Deputado Zheng Anting.

**Zheng Anting:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde!

Na semana passada, o Primeiro-Ministro Li Keqiang visitou Macau para participar no Fórum para a Cooperação Económica e

Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (PLP), onde discursou e anunciou 18 novas medidas, incluindo o apoio à RAEM na criação duma plataforma de serviços financeiros entre a China e os PLP e a prestação de apoio financeiro à cooperação entre empresas chinesas e portuguesas, assim como a criação da Confederação dos Empresários da China e dos PLP e de uma base para a formação de profissionais bilingues, o que reflecte a profunda determinação e a iniciativa do Governo Central na promoção do desenvolvimento de Macau enquanto plataforma.

Na realidade, o Chefe do Executivo também afirma, no relatório das LAG de 2016, que vai esforçar-se em promover o desenvolvimento da indústria financeira com características locais, e que, através da definição de diferentes políticas e diplomas legais, vai criar uma ecosfera financeira, de modo a permitir a valorização acelerada da indústria financeira. Muitos especialistas e académicos consideram que a criação de tal plataforma, que visa disponibilizar apoio financeiro a empresas chinesas e portuguesas, já é considerada como indústria financeira com características locais. Neste sentido, para criar uma plataforma entre a China e os PLP há que desenvolver profundamente o papel e a função de Macau enquanto plataforma, o que depende do apoio da indústria financeira. Por isso mesmo é que uma indústria financeira com características locais para servir a cooperação entre empresas chinesas e portuguesas vai ser um elo importante para a “plataforma de Macau”.

Neste momento particular em que a economia de Macau está num período de reconversão, valorização e diversificação adequada, o desenvolvimento duma indústria financeira característica vai, provavelmente, dar os primeiros passos. Mas o elemento indispensável para o desenvolvimento activo e sério dessa indústria e para a criação duma plataforma de serviços financeiros entre a China e os PLP é um bom regime jurídico. Segundo o Secretário para a Economia e Finanças, Leonel Leong, o desenvolvimento duma indústria financeira característica deve ser avaliado por um bom regime jurídico. Isso é verdade, mas se o actual regime jurídico para a área financeira, já desactualizado, não for revisto quanto antes, será impossível criar a referida plataforma.

Para alcançar este objectivo, assegurar a estabilidade e a segurança do sistema financeiro e dar apoio às empresas chinesas e portuguesas, exorto o Governo a melhorar, quanto antes, os diplomas e leis relacionados com a indústria financeira, e a avançar com estudos e planos sobre as medidas complementares a adoptar. E no âmbito da criação da referida plataforma, sugiro que se reforce a formação de uma equipa de talentos bilingue, nas línguas chinesa e portuguesa, para a indústria financeira, para a prestação de serviços a clientes individuais e a empresas, tais como depósitos e empréstimos, liquidações, e financiamentos, entre outros. Isto pode promover o uso do Renminbi nos países lusófonos, contribuir para a cooperação comercial entre empresas chinesas e portuguesas, e desenvolver o papel e a função de Macau enquanto plataforma entre a China e os PLP, impulsionando o desenvolvimento duma indústria financeira característica.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

**Mak Soi Kun:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Numa notícia recente, lê-se que «ao partir de Macau, o Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, Li Keqiang, ofereceu vários “presentes”, anunciando as 19 novas medidas definidas pelo Governo Central para apoio ao desenvolvimento de Macau, nomeadamente à transformação de Macau numa cidade inteligente, à promoção do comércio electrónico, etc. Além disso, vai apoiar Macau na construção de 3 centros: o Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa, o Centro de Serviços Comerciais para as Pequenas e Médias Empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa e o Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. O apoio também se estende às PME e aos jovens, no sentido de lhes permitir aproveitar as oportunidades de desenvolvimento que a internet oferece, reforçando as sinergias *online* e *offline*, e o desenvolvimento conjunto entre o comércio electrónico e a economia real. O Primeiro-Ministro espera que o Governo da RAEM intensifique a ligação com os organismos do Interior da China, por forma a garantir que estas políticas de benefício “ganhem raízes e dêem frutos”».

Actualmente, o objectivo comum dos cidadãos é construir uma Macau feliz. Por isso, o Governo deve valorizar ainda mais estes presentes generosos oferecidos pelo País, e aproveitar bem as oportunidades do desenvolvimento da China; deve também persistir nos princípios “ter por base a população” e “tomada de decisão política baseada em critérios científicos”; e avaliar bem a nossa capacidade global, por forma a potenciar as vantagens e a colmatar as insuficiências. Assim, unidos, poderemos garantir a governação nos termos da Lei e resolver os problemas mais profundos da sociedade de Macau.

Porém, alguns cidadãos perguntam se estamos preparados e se temos capacidade para receber estes presentes generosos do Governo Central. Por exemplo, a construção dos referidos três centros e o bom desempenho das funções de plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os países lusófonos exigem um grande número de profissionais qualificados, sobretudo profissionais bilingues nas áreas da tradução chinês-português, do direito e dos sistemas contabilísticos dos países de língua portuguesa. De acordo com um estudo, levado a cabo por uma associação, sobre o desenvolvimento e a competitividade dos jovens de Macau, menos de 10% deles sabem português. Com a extensão da cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, a falta de profissionais bilingues em Macau afectará inevitavelmente o desenvolvimento sustentável da plataforma de cooperação económica e comercial entre estes países. Como resolver este problema?

Na verdade, este é apenas um dos vários problemas. O Governo deve compreender bem as políticas concedidas pelo Governo Central e potenciar efectivamente os seus efeitos. Deve proceder a todos os preparativos necessários e reforçar a capacidade global, sobretudo melhorar a qualidade e aumentar o número de profissionais nas áreas referidas. Porquê? Porque se Macau não puder acompanhar o desenvolvimento nacional devido às suas limitações, pode perder estes presentes generosos, cuidadosamente preparados pelo País. Neste sentido, o Governo deve ou não deve definir medidas específicas para melhorar a qualidade dos governantes? Perante as oportunidades de desenvolvimento oferecidas, a fim de corresponder às expectativas do País e de contribuir para a construção duma Macau feliz, que novos planos é que o Governo vai apresentar? Sr.s governantes, estão preparados? Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lau Veng Seng.

**Lau Veng Seng:** Obrigado, Sr. Presidente.

Apresento esta intervenção em meu nome e em nome dos Deputados Fong Chi Keong, Chui Sai Cheong e Chui Sai Peng José.

O rápido desenvolvimento social e as mudanças dos hábitos de vida dos residentes resultaram num aumento evidente de queixas sobre o ruído ambiental, provocado pela vida diária e pela realização de obras. Para tal, o Governo procedeu aos trabalhos legislativos para a prevenção e controlo do ruído ambiental, com base nas disposições antigas, com vista a resolver a insuficiência do antigo decreto-lei respectivo. Através das novas orientações para o controlo da poluição sonora, pode-se criar uma cidade habitável e harmoniosa.

Macau, visitada todos os anos por dezenas de milhões de visitantes, é uma das regiões do mundo com densidade populacional mais elevada, cujo desenvolvimento económico regional é cada vez mais intenso. Para uma coordenação com o desenvolvimento urbano, estão a realizar-se obras de escavação e pavimentação, e a construir-se instalações públicas e prédios. Normalmente, essas obras são realizadas no meio de um ritmo de vida agitado e de estradas congestionadas, portanto, se a nova lei não for flexível, muitos projectos vão ser suspensos e adiados, resultando assim em perdas para a sociedade. Aliás, se não houver circulação nas estradas devido às obras, isso poderá levar a queixas dos residentes e a um impacto na imagem de Macau como cidade turística.

A nova Lei de “Prevenção e controlo do ruído ambiental” prevê normas mais rigorosas para o horário das obras de reparação e conservação em edifícios, e de cravação de estacas, e ainda para o controlo do ruído dos “Equipamentos de climatização e ventilação de ar” e de “Quaisquer actividades em edifícios ou fracções autónomas destinados a indústria, comércio ou serviços”. Se os sectores profissionais da construção quiserem executar obras à noite, segundo o disposto no artigo 5.º, há que obter uma autorização do Chefe do Executivo.

Mais, neste momento, o número de veículos motorizados registados atingiu os 240 mil, o que aumenta a pressão sobre as ruas de Macau. Com a aplicação da nova lei, as obras que antes se podiam realizar nas ruas durante a noite têm que ser planeadas para a parte da manhã, o que, de certeza, causa incómodos aos utentes das rodovias e até agrava a situação dos congestionamentos de trânsito. Para além disso, as obras de construção são cada vez mais complexas e algumas técnicas utilizadas têm de ser executadas de forma contínua para se conseguirem os melhores resultados, tais como, por exemplo: tubulação em “shield”, “bored piles” de alto calibre, “slurry walls”, soldaduras e montagens de estrutura de aço, “concrete pouring with generous amount”, etc. Assim sendo, propõe-se ao Governo que introduza um mecanismo simples de isenção do controlo de horário, para que as unidades de execução das obras consigam requerer junto do Governo, após avaliação, a realização de obras de forma contínua sem ultrapassar o âmbito do controlo do ruído, em prol deste tipo de execução de obras e da salvaguarda dos cidadãos contra os incómodos do ruído.

Numa perspectiva futura, vão iniciar-se as obras do metro ligeiro, as dos novos aterros, da 4.ª ligação Macau-Taipa e doutros grandes projectos de infra-estruturas estreitamente relacionados com a vida da população. Se a lei não for flexível, resultará em atraso dos mesmos, o que vai acabar por prejudicar a confiança e as

expectativas que a população deposita nas acções governativas. Embora o sector da construção civil possa requerer ao Governo a realização de obras à noite, o respectivo requerimento tem de passar por um procedimento administrativo complexo, o que gasta muito tempo e o custo administrativo é elevado. Sugiro, então, a alteração da lei vigente que regula as circunstâncias em que há lugar a dispensa. A Lei de “Prevenção e controlo do ruído ambiental” entrou em vigor há um ano e meio, e agora é tempo de rever a sua execução. O Governo deve ouvir mais opiniões dos residentes e do sector para encontrar um equilíbrio entre os diversos interesses e simplificar o procedimento de requerimento da respectiva dispensa, para melhor promover a construção da cidade e alcançar a meta definida nas acções governativas.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Meng Kam.

**Chan Meng Kam:** Obrigado, Sr. Presidente.

Com vista ao melhoramento do emissário residual da zona dos NAPE, as Obras Públicas decidiram abrir um concurso público para construir um emissário com 2 metros de diâmetro e um comprimento total de 2,4 quilómetros, entre o Centro Unesco de Macau e a Estação de Tratamento de Águas Residuais da Areia Preta. Como a obra se centraliza na Avenida da Amizade, que tem muito trânsito, caso se adopte pela escavação a céu aberto, será preciso ocupar duas faixas de rodagem da mesma, o que causará graves congestionamentos de trânsito. Após uma coordenação interdepartamental, foi decidido, pela primeira vez, utilizar o método de execução subterrânea (mediante o uso de perfuradora). Com este “pioneirismo”, ficámos a saber que há em Macau governantes que querem mesmo trabalhar e que sabem trabalhar, e devemos dar o nosso apoio e incentivo a esses membros do Governo que podem e conseguem trabalhar.

No Interior da China, o método de tubulação em *shield* já é uma forma amadurecida de execução de obras, aplicado em projectos como o comboio de alta velocidade, o metro ligeiro e as condutas comuns. Com este método, já internacionalizado, furar a montanha e atravessar a água não são problemas. Em Novembro do ano passado, eu e muitos colegas visitámos o projecto do *Express Rail* entre Shenzhen e Hong Kong, e o maior centro modal da Ásia, a estação Fútián em Shenzhen. As respectivas obras foram executadas através desse método e bateram-se vários recordes mundiais. Para Macau, que tem de construir tubagens para águas residuais, não há qualquer problema em aplicar a referida técnica. O Governo deve ter confiança em executar uma obra marcante para transmitir aos residentes que, mesmo com obras todos os dias, estas estão a dez metros abaixo da superfície. Este método, basicamente, não afecta as redes existentes de electricidade e de água, não é afectado por chuvas e vento, e o ruído produzido é baixo. O ponto crucial é que contribua para libertar mais as vias, não havendo preocupações com situações como a das obras de drenagem da Avenida de Kwong Tung na Taipa e de construção da estação elevatória de águas residuais na Rotunda Ouvidor Arriaga, onde se desperdiçou muito dinheiro, fez-se o papel de tolo e foram vedadas muitas vias. As Obras Públicas e o IACM repetiram as escavações no mesmo local no espaço de um ou dois anos, e depois as concessionárias de água e electricidade fizeram o mesmo, e isso aflige as gentes de Macau!

Quando apelei mais uma vez ao Governo para dar a devida atenção à construção de condutas subterrâneas, a resposta foi: “é

difícil em Macau”. Os vendilhões já sabem que nos bairros antigos, por exemplo, na Rua dos Mercadores, na Rua da Felicidade, etc., situadas perto da Avenida de Almeida Ribeiro, nos dias de chuva torrencial e de intrusão de água do mar, a água da chuva, a água oleosa e a água dos esgotos emergem ao mesmo tempo, provocando danos graves a muitos turistas e residentes.

Isto acontece nas zonas antigas e também nas novas. Dois ou três anos depois do reordenamento da rede de drenagem, em 20 de Setembro, houve um caso de ruptura de esgotos na Rua de Luís Gonzaga Gomes, e o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros “quase ficou inundado por águas residuais”. Mais, as lojas aí fizeram dezenas de chamadas para o IACM, o que em nada resultou, portanto, chamaram a polícia. Por fim, chegou o pessoal do IACM com equipamentos antigos para desentupir esgotos. Neste momento, na Península de Macau há 8 equipas para isto (5 pessoas por cada equipa, sendo 1 motorista, 1 mecânico e 3 responsáveis pelo desentupimento) e 3 nas Ilhas, portanto, 55 pessoas responsáveis por Macau inteiro, número inferior ao que se registava antes da transferência. Ao longo de dez anos e tal, o número dos “desentupidores” reformados ou falecidos superou o dos recém-recrutados, pois trata-se de uma profissão desagradável e com baixo salário, cujo recrutamento é difícil. No ano passado, o IACM recrutou 2 trabalhadores da linha de frente na área de saneamento, o que se tornou uma “notícia”, mas não mudou a situação, enquanto o número de trabalhadores de gabinete se mantém elevado. Perante a crescente emissão de águas residuais, para além do aumento de esgotos pelo GDI e do reordenamento pela DSSOPT, não deverão os governantes dispor de uma mentalidade mais inovadora? Quanto à manutenção dos esgotos pelo IACM, não será necessário estudar com Hong Kong, isto é, adjudicar essa manutenção de forma adequada?

A zona do Cotai tinha apenas as estátuas dos 12 signos chineses e ervas secas, mas agora está cheia de hotéis de luxo. É certo que os problemas aparentes de Macau são importantes, e os visitantes e os residentes podem desconhecer os problemas ocultos, mas o Governo não. Para se livrar de preocupações não pode haver inundações e, para eliminar os potenciais perigos, há que ter governantes com nova mentalidade para assumir responsabilidades!

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Leong On Kei.

**Leong On Kei:** Obrigada, Sr. Presidente.

A proibição do acesso dos trabalhadores do sector do jogo a todos os casinos fora das horas de serviço tem sido tema quente de café nestes últimos dias. A Direcção de Inspeção e Coordenação dos Jogos já se pronunciou sobre o assunto, há dias, para dizer que há consenso quanto ao controlo do acesso dos trabalhadores do sector aos casinos fora das horas de serviço, e que se vai fazer todo o possível para apresentar a correspondente proposta de lei à Assembleia Legislativa antes do termo desta sessão legislativa. Esta iniciativa merece todo o meu apoio, faço votos de que sejam esclarecidos os respectivos objectivos e que a proposta de lei seja elaborada com toda a cautela, com vista à sua real e eficaz operacionalidade.

Nestes últimos anos, têm surgido, de vez em quando, notícias sobre trabalhadores de casinos viciados no jogo. Segundo vários relatórios de estudo sobre o assunto, os *croupiers* são os mais

expostos ao perigo da dependência do jogo. Os operadores do sector do jogo ganham bem mas o seu trabalho é monótono, e a necessidade de fazer turnos limita as suas relações sociais. A isto juntam-se as elevadas somas de dinheiro que lhes passam pelas mãos, e a impossibilidade de atenuar o *stress* e de resistir à sedução do dinheiro, factores que os levam a apostar. Antes de o Governo avançar com a política do jogo responsável já eu tinha tomada a iniciativa, em 2006, de criar uma instituição ligada ao jogo responsável. E, entretanto, foi também prestado apoio *in loco*, nos casinos, aos viciados no jogo, incluindo operadores do jogo. Mas o alcance deste esforço individual é limitado.

Já antes alguns trabalhadores do sector do jogo afirmaram que o Governo não os consultou, e na opinião de muitos, o referido objectivo legislativo não é claro. E também não são poucos os trabalhadores que consideram que a ordem de interdição de entrada nos casinos é uma discriminação. Perante isto, os serviços competentes devem auscultar as opiniões do sector e também as dos trabalhadores, para pensarem novamente sobre como fazer a lei e conseguirem chegar a um consenso. Além disso, juridicamente, é grande a dificuldade no processamento dos casos e na aplicação das sanções, assim como na protecção dos dados pessoais dos trabalhadores das diversas concessionárias, com vista a evitar fugas, portanto, os serviços competentes devem ter cuidado na produção legislativa e clarificar que o objectivo legislativo é salvaguardar os interesses legítimos dos trabalhadores do sector do jogo, e que o recurso à lei tem por princípio a sua protecção. E mais ainda, devem definir políticas e orientações em conjunto com as seis concessionárias, permitindo-lhes um melhor cumprimento da lei.

Por fim, a prevenção do jogo compulsivo deve ser feita através da sensibilização, em especial junto dos trabalhadores que ingressaram há pouco tempo na indústria, dando-lhes mais formação e sensibilizando-os para reduzir as probabilidades de virem a jogar compulsivamente. O Governo pode, em colaboração com as concessionárias do jogo, realizar actividades recreativas, seminários e formação para estes trabalhadores, para que tenham uma boa atitude e ética profissional, disponibilizando-lhes também formação sobre os valores da vida. O Governo deve reforçar as políticas sobre o jogo responsável, garantindo aos trabalhadores da indústria do jogo uma vida saudável, com vista a poderem contribuir, em boa forma quer física quer psicológica, para o desenvolvimento sustentável da indústria do jogo de Macau.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Si Ka Lon.

**Si Ka Lon:** Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Boa tarde!

Recentemente, durante a sua visita a Macau, o primeiro-ministro, Li Keqiang, prestou especial atenção à renovação urbana e afirmou que a habitação é o maior problema da população. A renovação urbana não só está relacionada com a vida da população como é a principal força para o desenvolvimento de Macau e, se não for possível avançar com isso, o desenvolvimento dos planos estratégicos, nomeadamente, a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer e a definição dos planos directores, será limitado.



O Governo sempre declarou a sua posição quanto à importância da renovação urbana, mas as respectivas medidas tomadas são dispersas e faltam planos gerais. Até hoje, ainda não existe uma calendarização para a definição do regime jurídico da renovação urbana, o que demonstra a falta de determinação do Governo, e de rumo e planos para a sua implementação.

A renovação urbana tem sido a expectativa de centenas de milhares de residentes dos bairros antigos nestes últimos dez anos, e é também a força para o desenvolvimento urbano. Com a conclusão dos grandes projectos das concessionárias do jogo, muitos trabalhadores locais de construção civil vão enfrentar o desemprego, portanto, é tempo oportuno para promover a renovação urbana, o que vai contribuir para a sua revitalização, atraindo mão-de-obra da construção civil e assegurando o seu emprego sustentável. Quanto à renovação urbana, não podemos aguardar mais, e o Governo não deve ficar sem tomar decisões, nem deixar de cumpri-las. Assim, proponho o seguinte:

1. Desenvolver Macau em altura, alargando as suas potencialidades

Neste momento, a densidade populacional média de Macau atinge as 21 mil e 100 pessoas por Km<sup>2</sup>, as quais se concentram nos bairros antigos, por exemplo, a densidade populacional dos bairros da Areia Preta e do Iao Hon atingem, aproximadamente, 150 mil pessoas por Km<sup>2</sup>. Os bairros antigos são bairros pequenos com muitas pessoas e ruas estreitas, assim, aquando da sua reconstrução, é difícil proceder ao seu alargamento. Para aumentar o “floor area ratio”, poder-se-á adoptar o rumo do “desenvolvimento em altura” para alguns bairros antigos, e o Governo pode, consoante cada caso, efectuar avaliações e análises, e permitir o alargamento dos critérios de altura dos edifícios, por forma a aumentar o referido “ratio” desses bairros.

2. Definir quanto antes um calendário para legislar a renovação urbana

A renovação urbana implica diversos interesses sociais, assim, há que criar leis e definir critérios e regras antes de dar início aos respectivos trabalhos. Por exemplo, a proporção do direito de propriedade, a questão da compensação, o papel do Governo, etc. devem ser regulamentados claramente por regimes jurídicos. O legislar sobre essa matéria já se arrasta há alguns anos e é premente para a concretização da renovação urbana, assim, o Governo deve impulsionar isto, dando-lhe prioridade.

3. Impulsionar a renovação urbana através de medidas financeiras

O primeiro-ministro, Li Keqiang, sugeriu ao Governo da RAEM para tomar como referência a experiência do Interior da China no que respeita à reforma e reconstrução dos bairros antigos, recorrer a medidas financeiras para criar condições, impulsionar a reconstrução e elevar o “floor area ratio”. Pode tomar como referência a experiência do Interior da China, isto é, o Governo assume a predominância, cria novas medidas e, através da construção de diversas plataformas de investimento e locação financeira, da emissão de obrigações e acções, etc., atrair capital social e capital privado de certa qualidade, e impulsionar a renovação urbana recorrendo ao modelo de funcionamento comercial.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Song Pek Kei.

**Song Pek Kei:** Obrigada, Sr. Presidente.

Nestes últimos 15 anos, o Governo deu grande importância ao desenvolvimento dos sectores do jogo e do turismo para o impulsionamento do desenvolvimento económico e, graças aos esforços dos vários estratos sociais, registou-se um desenvolvimento rápido e extensivo. Por isso, são abundantes as receitas do Governo, mas são acompanhadas, entretanto, de diversas questões sociais, em particular, a do futuro dos jovens. A sociedade deseja que o Governo aproveite o alicerce económico constituído nestes últimos 15 anos e proceda a um planeamento a longo prazo. Nestes últimos anos, a sociedade solicitou ao Governo que reforçasse o planeamento científico, ao invés do mero desenvolvimento extensivo, com vista a construir uma cidade com vitalidade e um futuro brilhante.

Para promover o desenvolvimento de Macau, o Governo criou há um ano a Comissão para a Construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, à qual compete o estudo global da política e a definição do plano para a sua concretização. Sendo presidida pelo Chefe do Executivo, o que revela a importância deste organismo, integra os Secretários para a Economia e Finanças, para os Assuntos Sociais e Cultura e para os Transportes e Obras Públicas, bem como representantes do Gabinete do Chefe do Executivo e do Gabinete de Estudo das Políticas do Governo. Para definir esse plano, o Chefe do Executivo levou uma comitiva até ao Interior da China, a fim de estudar a articulação e a coordenação da política de desenvolvimento de Macau com o posicionamento definido pelo País. Após os estudos efectuados pelos especialistas do Interior da China, com base na recolha de opiniões realizada pelo Gabinete do Chefe do Executivo e pelo Gabinete de Estudo das Políticas, seis meses depois foi lançado pelo Governo o Plano Quinquenal de Desenvolvimento de Macau.

O Plano tem por rumo a implementação do 13.º Plano Quinquenal do país, isto é, construir Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer, prevendo, sistematicamente, perspectivas sobre o desenvolvimento socioeconómico de Macau nos próximos 5 anos, daí a sociedade estar cheia de esperança. Tendo em conta a meta principal do desenvolvimento, ou seja, a construção de “um centro, uma plataforma”, o Plano Quinquenal apresenta concepções para construir uma cidade com condições ideais de vida, trabalho, mobilidade, passeio e recreação. Pode-se dizer que são lindas as perspectivas e belos os lemas, mas os cidadãos estão mais atentos ao seguinte: como é que se consegue concretizar, efectivamente, o Plano, com vista a orientar Macau para um futuro brilhante?

Acredito que todos saibam que está muito bem descrito nos relatórios anuais das LAG, só que nem sempre é possível concretizar estes trabalhos e o principal motivo reside nos problemas administrativos e jurídicos. A não coordenação da administração, a sobreposição das estruturas e a desactualização das leis são sempre criticadas pela sociedade. Só neste mandato é que o Governo revelou determinação para proceder à reforma administrativa, mas há ainda margem para satisfazer as necessidades da sociedade. A reforma administrativa ainda não obteve sucesso, portanto, há que envidar ainda mais esforços para aprofundar os respectivos trabalhos. O último capítulo do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM fala “da boa governação”, mas, olhando para a composição da respectiva Comissão, sem a participação dos serviços responsáveis pela Administração, então, como é que se pode ter uma boa governação a nível global e aperfeiçoar o desenvolvimento do sistema administrativo? Ao fim e ao cabo, há mais empenho nos trabalhos de coordenação e de comunicação, mas a concretização das políticas poderá ficar sem resultados.

O Plano de Desenvolvimento para os próximos cinco anos é o primeiro plano de curto, médio e longo prazo formulado pelo Governo da RAEM. Dar o primeiro passo não é fácil e, nesta oportunidade, o Governo deve então prosseguir o seu objectivo, com o seu esforço integral e espírito de solidariedade, concretizando a aplicação das políticas do país em relação a Macau. É de sugerir que nas reuniões da Comissão para a Construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer esteja presente o pessoal das cinco áreas, para que haja uma comunicação imediata e sejam reduzidos, assim, os procedimentos administrativos e concretizados os trabalhos de planificação, com vista a criar uma cidade de Macau mais próspera.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Wong Kit Cheng.

**Wong Kit Cheng:** Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Pela recente visita do primeiro-ministro do Conselho de Estado, Li Keqiang, ficou demonstrado o apoio concreto do Governo Central ao desenvolvimento de Macau. O Governo Central definiu, consoante as novas necessidades de Macau, uma série de medidas, tais como apoiar o estabelecimento em Macau de uma plataforma de serviços financeiros entre a China e os PLP, da Federação Empresarial, de um centro de intercâmbio cultural, de uma base de formação de talentos bilingues, de um centro de inovação e de empreendedorismo dos jovens, etc. Estas medidas visam promover que Macau assuma as suas próprias vantagens, desempenhando, enquanto missão importante, o papel de plataforma, com vista a efeitos positivos enquanto ponte sino-lusófona, promovendo o desenvolvimento diversificado socioeconómico de Macau. Mas a concretização dessas medidas exige que o Governo de Macau segure bem no leme e que haja recursos humanos qualificados na sociedade, pois só haverá lugar à sua concretização quando se unirem os esforços de todas as partes da RAEM.

Os dirigentes responsáveis, desde secretários a directores, devem esforçar-se na melhoria do desempenho, procedendo à conjugação das diversas “prendas” oferecidas pelo Governo Central com o planeamento quinquenal da RAEM, para que, futuramente, sejam plenamente reflectidas nas diversas áreas governativas. A implementação concreta das medidas necessárias vai contribuir para o desenvolvimento estável da sociedade e da economia, a par de melhorar a vida da população. O Governo deve proceder à divulgação sobre os conceitos de “Um Centro” e “Uma Plataforma”, para que a população conheça o rumo e os objectivos do desenvolvimento da RAEM, participando, e fiscalizando a construção da RAEM no futuro.

Quanto à necessidade de talentos, para se articular com as necessidades do desenvolvimento social, definir, bem e rapidamente, as estratégias para o desenvolvimento de talentos, reforçar a sua formação e enriquecer a sua reserva, o Governo criou há dois anos a Comissão de Desenvolvimento de Talentos. Mas já se passaram dois anos e não se constatarem resultados evidentes de regresso de talentos ao local, nem frutos da formação. Na página electrónica da Comissão apenas se verificam algumas descrições sobre a situação das reuniões e recomendações dos seus membros, sem qualquer plano integral. Para além disso, os dados que envolvem diferentes áreas profissionais, tais como, financeira, electrónica, cultural e linguística, entre outras, são extremamente reduzidos, o que não

facilita a política de formação de mais talentos. Assim, sugere-se à Comissão o seguinte: reforçar o diálogo com as instituições de ensino superior e não superior para definir, em conjugação com o futuro plano quinquenal, medidas e políticas de curto, médio e longo prazo que facilitem a Macau o desenvolvimento da formação de talentos profissionais; criar um mecanismo que incentive os talentos a ficarem em Macau ou a regressarem a Macau; e impulsionar, em matéria de formação de talentos, a cooperação local, regional e internacional.

Mais ainda, a taxa de utilização e de generalização do Português não tem sido alta, e a sociedade também ignora a importância do Português. Por isso, quanto à formação de talentos bilingues em Chinês e Português, recomenda-se que o Governo promova políticas de desenvolvimento do seu ensino e concretize o plano de ensino de “três línguas escritas (Chinês, Português e Inglês) e quatro faladas (Cantonense, Mandarin, Português e Inglês)” mencionado no Plano Quinquenal. Há que reforçar ainda a formação pós-laboral dos docentes de língua portuguesa e a optimização da introdução de docentes, com vista a promover ainda melhor o desenvolvimento do ensino do Português em Macau.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

**Ho Ion Sang:** Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Há dias, na sua visita a Macau, o Primeiro-Ministro Li Keqiang manifestou o apoio a Macau na criação da plataforma de serviços financeiros entre a China e os países lusófonos e a disponibilização de apoio financeiro para a cooperação entre empresas da China e dos países lusófonos. Isto demonstra, claramente, o rumo de desenvolvimento da RAEM através duma indústria financeira característica, e confirma a ideia da diversificação adequada da economia.

Ao longo dos anos, a característica da economia de Macau tem sido a dependência excessiva do sector do jogo, o que representa um risco para o seu desenvolvimento. Desde meados de 2014 que as receitas do jogo têm registado grande diminuição, que acabou por conduzir a um ajustamento profundo da nossa economia global. Face à desaceleração económica e à grande pressão sobre o crescimento económico, encontrámos uma oportunidade para a reestruturação económica e para a reconversão industrial, nomeadamente nos sectores bancário e financeiro, que podem desempenhar um papel de motor na melhoria da qualidade e no reforço da rendibilidade da nossa economia.

Com vista a promover a diversificação económica com mais rigor, o Governo da RAEM sugere pela primeira vez, nas LAG para 2016, a “conjugação das vantagens de Macau para desenvolvimento de um sector financeiro com características próprias”. Macau dispõe de um bom ambiente para o negócio, pois a sua política é estável, dispõe de uma zona aduaneira independente, é um porto franco e o fluxo de capitais é livre, entre outros factores; e mais ainda, dispõe de bancos e dum sistema económico fundamental, que constituem pilares e vantagens para as indústrias. Assim, com o conjunto de apoios que o Governo Central tem disponibilizado a Macau e com a plataforma económica existente, a indústria financeira vai melhorar os seus serviços no âmbito dos projectos de cooperação entre a

China e os países de língua portuguesa, nomeadamente no âmbito da liquidação das operações, dos investimentos e dos empréstimos transfronteiriços. E com vista à conformidade com as estratégias de desenvolvimento do País, Macau pode desenvolver o seu papel na área financeira, nomeadamente, a locação financeira no âmbito da estratégia “Uma faixa uma Rota”. Macau pode então alterar os poucos serviços prestados pelo seu actual sistema financeiro, aumentar a quota-parte do PIB proveniente do sector financeiro, e criar um novo pilar económico, dando assim outro fulgor ao desenvolvimento económico em geral, com vista a alcançar a diversificação da economia.

Todos sabem que o desenvolvimento da indústria, seja ela qual for, exige quadros qualificados, situação que se aplica também ao sector financeiro. Depender, como é actualmente o caso, unicamente do sector privado, não resolve a carência de quadros qualificados, portanto, o Governo deve tomar a iniciativa de encetar negociações com as instituições de ensino superior locais, no sentido de organizar, em estreita cooperação com instituições profissionais internacionais credenciadas, cursos de especialização, tendo em conta as reais necessidades do sector financeiro e as perspectivas de desenvolvimento de vertentes específicas das finanças. Isto não só permite abrir o leque das opções profissionais, mas também impulsiona o desenvolvimento duma indústria financeira característica.

Neste momento, já estão criadas, pelo Governo Central, as condições para o desenvolvimento do sector financeiro, resta agora definir as correspondentes medidas em termos da necessidade de quadros, de sistemas e de legislação, para, em articulação com “as vantagens da plataforma”, incentivar o desenvolvimento das instituições financeiras, introduzir produtos e serviços financeiros específicos e criar um ecossistema financeiro, concretizando o desenvolvimento diversificado desses serviços e inculcando uma nova força para a diversificação adequada da economia de Macau.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Sio Chi Wai.

**Sio Chi Wai:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A questão que quero abordar hoje tem a ver com a “criação de uma cidade segura para assegurar o desenvolvimento de Macau”.

A 5.ª Conferência Ministerial entre a China e os Países de Língua Portuguesa teve lugar em Macau e foi um grande sucesso. O Governo da RAEM destacou um grande número de agentes policiais e, através da sua mobilização razoável e científica, e com o esforço da polícia e a colaboração proactiva dos cidadãos, a realização da referida Conferência decorreu de forma segura e ordenada, e com o mínimo impacto para a vida dos cidadãos. A 5.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau terminou, mas seguir-se-ão em Macau outras conferências e eventos de nível internacional, e com o aumento constante do seu estatuto internacional, Macau vai ter cada vez mais oportunidades de organizar eventos deste nível.

Diz-se que mesmo quando há segurança é preciso pensar no perigo. A conjuntura da segurança mundial ainda não permite uma atitude optimista, pois quase todos os dias ocorrem acidentes e atentados terroristas. Nos últimos anos, Macau tem participado

activamente nas estratégias de desenvolvimento do País e tem sido incumbida de mais responsabilidades, através da organização de eventos internacionais. Ao mesmo tempo, Macau goza da maior densidade populacional do mundo e de um elevado número de visitantes, portanto, o Governo tem de atender às necessidades do desenvolvimento e de reforçar a sua capacidade de resposta no âmbito da segurança pública, no sentido de estar preparado com mecanismos para o reforço da eficácia e rapidez da sua capacidade de resposta. Merecem a atenção dos dirigentes os seguintes 4 pontos:

1. Uma boa preparação dos trabalhos de prevenção;
2. O aumento da capacidade de resposta às contingências;
3. A melhoria do mecanismo interdepartamental de gestão de crises; e
4. O reforço do combate à criminalidade informática.

Olhando para o futuro, Macau, que está já no foco da sociedade internacional, vai assumir uma nova imagem com as novas responsabilidades que o País lhe atribuiu e também devido ao aumento constante do seu estatuto no palco internacional. O Governo tem de se esforçar para desenvolver e construir uma sociedade estável e harmoniosa, e de prestar mais atenção à segurança pública, com vista a garantir e a defender o bom desenvolvimento da RAEM.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

**José Maria Pereira Coutinho:** Obrigado, Sr. Presidente.

Na semana passada, estive reunido com um grupo de trabalhadores da Administração Pública, simultaneamente estudantes de cursos nocturnos das universidades locais e que levantaram uma questão bastante pertinente quanto ao sentido e alcance de algumas disposições legais constantes da Lei Básica e que entre si, interligam.

Os estudantes referiam, em primeiro lugar, ao artigo 11.º que reza o seguinte. “De acordo com artigo 31.º da Constituição da República Popular da China, os sistemas e políticas aplicados na Região Administrativa Especial de Macau, incluindo os sistemas social e económico, o sistema de garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos seus residentes, os sistemas executivo, legislativo e judicial, bem como as políticas com eles relacionadas, baseiam-se nas disposições desta Lei. Nenhuma lei, Decreto-lei, regulamento administrativo ou acto normativo da Região Administrativa Especial de Macau pode contrariar esta Lei.”

Os estudantes levantaram dúvidas quanto ao significado profundo da manutenção do sistema social vigente antes e depois da RAEM, designadamente quanto à constante diminuição da protecção do sistema social dos trabalhadores da função pública antes e depois do estabelecimento da RAEM mais precisamente até 2007, altura em que o sistema de protecção social de pagamento de pensões de aposentação foi alterado para o regime menos protectivo de sistema de previdência social.

Quanto à supracitada norma para-constitucional entende o Prof. Doutor Ieong Wan Chong, que “Como se aplica na Lei Básica de Macau, com base na política “Um País, Dois Sistemas”, o órgão legislativo, que é a Assembleia Legislativa, ao elaborar as leis relativas aos sistemas e às políticas concretas de Macau, deve respeitar a Lei Básica e assim revelar que os regimes, políticas e leis aplicadas na RAEM, respeitam a disposição do artigo 31.º da Constituição da RPC.”

Os estudantes chamaram também à atenção para o artigo 5.º da Lei Básica que diz o seguinte: “Na Região Administrativa Especial de Macau não se aplicam o sistema e as políticas socialistas, mantendo-se inalterados durante cinquenta anos o sistema capitalista e a maneira de viver anteriormente existentes.”

À referida norma, o ilustre Prof. Doutor Ieong Wan Chong, entende que “A manutenção, durante cinquenta anos, do sistema capitalista e a maneira de viver anteriormente existentes, significa que em Macau, não será construído um novo sistema, nem adoptado o sistema capitalista de outros países, mas sim mantido o sistema capitalista existente em Macau, e a maneira de viver que lhe corresponde. Isto foi bastante importante para assegurar a transição estável de Macau e o desenvolvimento estável durante longo tempo. Muitos artigos da Lei Básica, sobretudo os Capítulos V e VI sobre a economia e assuntos culturais e social, respectivamente, reflectem a directiva da manutenção do sistema capitalista existente durante 50 anos.”

E em terceiro lugar, os estudantes levantaram a questão do sentido e alcance da norma constante no artigo 98.º da Lei Básica que diz o seguinte: “A data do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, os funcionários e agentes públicos que originalmente exerçam funções em Macau, incluindo os da polícia e os funcionários judiciais, podem manter os seus vínculos funcionais e continuar a trabalhar com vencimento, subsídios, e benefícios não inferiores aos anteriores, contando-se, para efeitos de sua antiguidade, o serviço anteriormente prestado. Aos funcionários e agentes públicos, que mantenham os seus vínculos funcionais e gozem, conforme a lei anteriormente vigente em Macau, do direito às pensões de aposentação e de sobrevivência e que se aposentem depois do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, ou aos seus familiares, a Região Administrativa Especial de Macau paga as devidas pensões de aposentação e de sobrevivência em condições menos favoráveis do que as anteriores, independentemente da sua nacionalidade e do seu local de residência.

De facto, o regime de pagamento de pensões de aposentação e de sobrevivência foi implementado antes do estabelecimento da RAEM e vigorou durante sete anos dos primórdios da RAEM até ser extinto pela Lei n.º 8/2006 de 28 de Agosto, com excepção aos magistrados judiciais e do Ministério Público. Esta situação de excepcionalidade, levanta outra questão ainda mais importante quanto justiça da não extensão aos trabalhadores das classes mais humildes, quando confrontado com o artigo 25.º da Lei Básica que diz o seguinte: “Os residentes de Macau são iguais perante a lei, sem discriminação em razão de nacionalidade, ascendência, raça, sexo, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, e situação económica ou condição social.”

Exemplificando, será que não estaríamos hoje, perante uma violação grosseira do artigo 25.º da Lei Básica quando um magistrado judicial ou do Ministério Público tenha direito a inscrever no regime de Aposentação e Sobrevivência e um simples funcionário administrativo tenha forçosamente de ser inscrito no Regime de Previdência? Não estaremos assim, perante uma mudança da maneira de viver muito diferente da maneira de viver outrora existente para o funcionário administrativo que face à inexistência de uma pensão de aposentação e de sobrevivência levará à diminuição da sua qualidade de vida e dos seus familiares?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Hong.

**Chan Hong:** Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

Há dias, na sua visita a Macau, o Primeiro-Ministro Li Keqiang manifestou que queria ver o aprofundamento do papel de Macau como plataforma, que ia apoiar a criação da plataforma de serviços financeiros entre a China e os países lusófonos, do centro de intercâmbio cultural e da base para a formação de quadros bilingues. Para Macau se transformar numa plataforma de cooperação comercial entre a China e os países lusófonos e numa base para a formação de quadros bilingues, a educação assume um papel de primordial importância, especialmente no que respeita à preparação e reserva de quadros bilingues.

No ano passado, o Governo elegeu como prioridade o desenvolvimento de Macau como “centro de formação de quadros de língua portuguesa na Ásia”, sendo esta portanto a prioridade do Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM, demonstrando que o Governo se apercebeu da relevância e importância da concretização desse projecto. Nestes últimos anos, o Governo tem promovido o plano de apoio à formação de professores e de quadros em língua portuguesa, a criação do Centro de Formação Linguística, e o apoio às escolas na integração da disciplina de português nos currículos. Foi possível alcançar alguns resultados que, no entanto, estão ainda muito longe de conseguir satisfazer as reais necessidades sociais.

Por razões históricas, o ensino da língua portuguesa em Macau nunca foi generalizado, e após o Retorno, essa língua tem sido cada vez menos utilizada pela população de Macau. De acordo com um estudo efectuado em 2014 pelo Centro de Estudos de Línguas e Cultura de Macau, a taxa de utilização da língua portuguesa varia entre 0,4 e 0,9%. Atendendo a que se trata de uma das línguas oficiais de Macau, deveria ser-lhe dada mais importância, contudo, não é essa a realidade. As razões são, essencialmente, 1) os residentes não conhecerem bem a importância da língua portuguesa e as possibilidades de desenvolvimento que a mesma lhes pode oferecer; 2) o Governo da RAEM não dispor de um plano de médio e longo prazo para o ensino da língua portuguesa; e 3) como actualmente é grande a falta de docentes de português, os resultados não podem ser significativos.

Pelo exposto, proponho ao Governo que empregue esforços no seguinte:

1. Proceder, quanto antes, ao planeamento a médio e longo prazo para o ensino da língua portuguesa, reforçar o investimento de recursos e estabelecer um sistema de formação “one-stop” de talentos em língua portuguesa no Governo, em todas as escolas, e nas associações cívicas; e

2. Definir, claramente, os objectivos e planos concretos de formação do Centro de Difusão de Línguas, enriquecer os meios pedagógicos para o ensino das línguas portuguesa e chinesa, e formar, constantemente, docentes e talentos em língua portuguesa. Proceder à introdução adequada de docentes excelentes dos países de língua portuguesa nos diversos níveis de ensino para apoio à formação de docentes locais, e apoiar a deslocação a Portugal de professores de português locais para formação e estágios, com vista



a elevar a respectiva qualidade.

Com o frequente intercâmbio económico e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, é cada vez mais evidente a posição vantajosa de Macau enquanto “Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”. E com o apoio reforçado do Governo Central, Macau deve aproveitar as oportunidades e empregar esforços no desenvolvimento quer do ensino do português quer na formação de talentos bilingues. Espero que o Governo, o sector da educação e a sociedade em geral agarrem esta oportunidade, para não se deixarem ficar para trás. Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Mei Yi.

**Chan Melinda Mei Yi:** Obrigada, Sr. Presidente.

Há dias, durante a sua estadia em Macau, o Primeiro-ministro do Conselho do Estado, Li Keqiang, divulgou 19 novas medidas de apoio do Governo Central a Macau, o que bem demonstra a sua determinação em ver Macau alcançar sucesso no desenvolvimento da diversificação económica e no princípio “Um País, Dois Sistemas”. Tal como os cidadãos, fiquei inspirada e encorajada, o que é bastante bom para o desenvolvimento económico de Macau e para promover o objectivo do desenvolvimento sustentável da diversificação económica. O Governo da RAEM tem de aproveitar estas oportunidades oferecidas pelo Estado e concretizá-las quanto antes, tal como referiu o Primeiro-ministro Li Keqiang, na véspera da sua despedida de Macau, “agradecia que o Governo da RAEM reforçasse a devida articulação com os respectivos serviços do Estado, no sentido de tornar claras as medidas respectivas e para que em Macau cresçam as “raízes e os frutos”.

Com vista à construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, em Setembro deste ano, o Governo publicou o Plano de Desenvolvimento para os próximos cinco anos, no qual apresenta um diagrama do desenvolvimento socioeconómico da RAEM. Têm sido frequentes e diversos os planos nesse âmbito, só que têm faltado políticas e propostas para a sua concretização. No tal plano a 5 anos também se apresentam muitas ideias, no entanto, não se vêem quaisquer medidas concretas em relação ao bem-estar dos residentes e à construção de um centro para as PME. O primeiro-ministro Li Keqiang apresentou 19 medidas de apoio a Macau, que podem servir para promover o referido plano no âmbito do desenvolvimento diversificado e sustentável da economia, mas que têm de ser concretizadas pelo Governo da RAEM.

Assim, proponho o seguinte:

Primeiro, tomar a iniciativa de incumbir os serviços competentes para iniciarem os estudos para cada uma das 19 medidas, tendo em conta a realidade de Macau, e ainda para apresentarem, quanto antes, políticas concretas e planos para sua implementação;

Segundo, reforçar a articulação com os serviços respectivos do Governo Central, para lhes apresentar as políticas e sugestões cuja concretização necessita do apoio das autoridades centrais; e

Terceiro, permitir que Macau realize bem o seu papel no âmbito das 19 medidas. O Executivo de Macau não pode ficar apenas à espera de políticas de apoio do Governo Central, devendo antes identificar e colmatar as suas próprias insuficiências. Por exemplo, deve fazer um balanço da situação das instalações portuárias e

fronteiriças, da gestão dos canais de comunicação marítima, e dos instrumentos de política legislativa nesse âmbito, de forma a assegurar a implementação bem-sucedida da circulação de automóveis de Macau na ilha da Montanha e do turismo individual de embarcações de recreio.

O Governo deve reforçar a iniciativa e a eficiência para concretizar, quanto antes, os pormenores das políticas e medidas referidas, aproveitando ao máximo a determinação e apoio do Governo Central à diversificação económica e ao desenvolvimento sustentável de Macau, com vista à implementação bem-sucedida da política “um país, dois sistemas”. O Governo deve esforçar-se ao máximo para assegurar o bem-estar da população e a prosperidade económica de Macau, concretizando, quanto antes, o desenvolvimento de Macau como “um centro”.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Lei Cheng I.

**Lei Cheng I:** Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

No momento em que a economia está a retrair-se ou há menos postos de trabalho, reduzir ordeiramente o número de trabalhadores não residentes para salvaguardar o emprego prioritário dos trabalhadores locais é o princípio legal e, ainda, o meio mais directo e eficaz de lhes garantir o “ganha-pão”. Porém, começam a transparecer os efeitos do profundo ajustamento económico sobre o emprego, mas nenhuma medida de contenção ou de despedimento de trabalhadores não residentes está a ser adoptada, o que bem mostra que os serviços de administração laboral não têm um plano de contingência para enfrentar esta nova realidade.

Por exemplo, no sector da construção civil muitos operários queixam-se da falta de postos de trabalho, originada pela conclusão de alguns grandes projectos de construção, e da falta de colocação, apesar de estarem, há muito tempo, inscritos na bolsa de emprego. O mais hilariante é que ainda há mais de 40 mil trabalhadores não residentes ao serviço na construção civil, passando os trabalhadores locais a exercer a sua actividade como substitutos ou a tempo parcial, ou a serem despedidos antes da conclusão dos trabalhos, portanto, a suspensão colectiva de serviço ocorrida há dias é apenas a ponta do icebergue.

Situação congénere também acontece nos sectores de hotelaria e restauração, comércio a retalho e por grosso, mediação imobiliária e comércio de serviços, só porque dispõem de uma elevada quota de trabalhadores não residentes, sem claros critérios a serem observados para a sua autorização. Isto não só cria pressão a longo prazo sobre as remunerações dos seus trabalhadores, mas ainda o receio de o empregador contratar trabalhadores não residentes por um baixo salário para substituírem os locais, durante a recessão económica, se as autoridades não reforçarem a fiscalização.

Para minimizar a influência do ajustamento económico sobre o emprego e as regalias dos trabalhadores locais e melhorar o mecanismo de saída da mão-de-obra não residente, o Governo deve agarrar o poder de decisão administrativa para ajustar e diminuir as quotas da mesma, a fim de assegurar a prioridade e a estabilidade no emprego dos trabalhadores locais, tal como ainda prever a dimensão da população activa e a necessidade de recursos humanos nos

próximos anos, analisar os postos de trabalho a exigir e a proporção entre os trabalhadores residentes e não residentes de cada sector, assim como definir o número total de trabalhadores não residentes a requerer, inclusivamente, restringindo as quotas de importação nalguns sectores e tipos de trabalho, e a saída daqueles, para permitir a entrada dos residentes em todos os sectores, e a criação de espaço para o seu desenvolvimento e crescimento.

No Plano Quinquenal de Desenvolvimento, o Governo refere ir proporcionar à população mais oportunidades e mais tipos de emprego, assegurando aos residentes um rendimento estável num bom ambiente de trabalho, com condições para a mobilidade horizontal e a ascensão profissional. Mas este plano parece não passar de palavras e trata-se de uma velha medida de garantia de emprego, não se vendo nenhuma medida a adoptar para o controlo do número da mão-de-obra não residente, o aperfeiçoamento do referido mecanismo de saída e a promoção dos residentes para a ascensão profissional.

Solicito que nas LAG dos próximos anos o Governo avance com políticas e medidas concretas para um bom desempenho na análise das necessidades do mercado de recursos humanos locais, para inteirar-se melhor da exigência de mão-de-obra nos sectores principais, e da oferta e da procura, bem como da capacidade profissional e nível técnico-profissional da mão-de-obra local, e solicito ainda que faça uma comparação dos dados em relação aos tipos de trabalho da mão-de-obra importada, melhore a formação profissional e proceda à colocação profissional adequada, tudo isso, para fazer um bom trabalho preparatório a fim de enfrentar um eventual problema de emprego na actual mudança das condições económicas e, numa perspectiva a longo prazo, há que fazer um trabalho substancial para revelar determinação em concretizar o referido plano.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

**Kwan Tsui Hang:** Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A actual Lei das relações de trabalho estipula que os trabalhadores têm direito, por ano, a 10 dias de feriados obrigatórios, 52 dias de descanso semanal e 6 dias de férias, ou seja, um total de 68 dias de descanso. Porém, na verdade, devido à falta da respectiva regulação na lei, quando o dia de feriado obrigatório coincide com o de descanso semanal, este não é compensado em algumas entidades privadas, o que resulta numa redução do número efectivo dos dias de descanso.

No ano passado, por exemplo, 3 dias de feriados obrigatórios coincidiram com domingos, portanto, se o dia de descanso do trabalhador era ao domingo, este perdeu 3 dias de férias legais.

Por isso, o Governo, enquanto maior empregador de Macau, já há anos que compensa os funcionários destes dias em falta, através da dispensa de serviço concedida pelo Chefe do Executivo. E há dias, uma concessionária do jogo também anunciou que ia implementar medidas de compensação de férias. Isto significa que esta prática já tem precedentes e que é cada vez mais reconhecida e aplaudida pelas empresas privadas.

O direito à totalidade dos dias de férias nos termos da lei é uma das reivindicações de longa data dos trabalhadores. Assim, prever

explicitamente o regime de compensação pode assegurar que o número total dos dias de descanso não seja afectado, e vai contribuir para aperfeiçoar a execução da lei e concretizar a intenção legislativa. Além disso, evita atritos entre trabalhadores e empregadores devido à coincidência dos dias de descanso, promovendo, assim, uma relação harmoniosa entre as duas partes. Neste sentido, o Governo deve responder às reivindicações dos trabalhadores e proceder, quanto antes, à revisão da respectiva lei, definindo um regime de compensação.

O Governo da RAEM tem sublinhado que deve proteger os direitos e interesses legítimos dos trabalhadores, e comprometeu-se a aperfeiçoar a Lei das relações de trabalho. Por isso, espero que aperfeiçoe os diplomas legais respectivos, estabelecendo, nomeadamente, uma norma de compensação para as referidas coincidências, por forma a garantir que todos os trabalhadores tenham direito à totalidade dos dias de férias que a lei lhes concede, e a assegurar, com acções concretas, os direitos e interesses dos trabalhadores, tal como prometido nas LAG.

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ma Chi Seng.

**Ma Chi Seng:** Obrigada, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

A 5.ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa realizou-se de forma bem-sucedida em Macau, tendo sido anunciadas 18 medidas para reforçar a cooperação entre a China e os países lusófonos. No âmbito destas medidas, é mencionado o aprofundamento do papel de Macau como plataforma e planeia-se instalar aqui o Secretariado da Federação Empresarial, construindo Macau como centro de intercâmbio cultural, base de formação de talentos bilingues e centro de inovação e de empreendedorismo dos jovens. Pelos vistos, há uma grande esperança por parte do país em relação ao papel de Macau como plataforma entre a China e os países lusófonos. Para que tal aconteça, a primeira tarefa consiste, inevitavelmente, na formação de talentos bilingues. Hoje, gostaria de apresentar duas sugestões sobre a criação de uma base de formação de talentos bilingues.

As trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa atingiram, aproximadamente, 100 mil milhões de dólares americanos. A China é um dos importantes parceiros comerciais dos países lusófonos, trazendo oportunidades a Macau que nem é preciso referir. Mas deste “bolo de cooperação”, que quantidade cabe a Macau? Há que ver, então, a capacidade da gente de Macau e dos empresários locais; quando se fala de capacidade, há que ter, pelo menos, o domínio das línguas chinesa e portuguesa. O país apoia a transformação de Macau numa base de formação de talentos bilingues em Chinês e Português, e isto inclui: no âmbito da ajuda chinesa ao exterior, incentivar Macau a participar num ensino que confira grau académico, nomeadamente, oferecendo aos países de língua portuguesa 30 vagas de educação contínua com grau académico, através da formação conjunta entre o Interior da China e Macau. Nesta base, o Governo de Macau tem de tomar a iniciativa de intensificar a cooperação entre as instituições de ensino superior locais e as dos países de língua portuguesa, aumentar as trocas de docentes, de trabalhadores e de diversos tipos de estudantes, e incentivar a gente de Macau a deslocar-se a esses países para

aprendizagem, comércio, intercâmbio e cooperação. Há que disponibilizar ainda mais bolsas e prémios à elite dos países de língua portuguesa, e formar pessoal bilingue de Macau, China e dos países lusófonos, em prol de uma reserva de talentos no âmbito do comércio.

Segundo, deve reforçar-se a promoção do Português no ensino não superior. Neste momento, há falta de professores de Português no ensino não superior, sendo esta a principal limitação para a promoção desta língua nas escolas primárias e secundárias. O Governo deve cooperar com as escolas para a formação de docentes, a fim de elevar em número e qualidade o ensino do Português no ensino não superior.

A “febre pelo Português” e a “febre pelo Chinês” já começaram a surgir na China e nos países lusófonos. Na China, existem 20 estabelecimentos de ensino superior com cursos de língua portuguesa, e 17 delegações do Instituto Confúcio foram abertas nos países lusófonos. Muitos programas de cooperação já foram criados directamente entre a China e esses países, pelo que Macau deve reforçar a formação de bilingues em número e em qualidade. Para que Macau possa ser uma ponte transoceânica e desempenhar o importante papel de apoio e de plataforma, é necessário que perceba a importância de possuir as capacidades para assumir esse papel. A formação de bilingues é uma tarefa urgente, e o Governo deve reforçar mais a coordenação desse trabalho, para que Macau possa rentabilizar o seu papel de plataforma.

Obrigado!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

**Ng Kuok Cheong:** Todos os países e regiões do mundo têm diferentes condições históricas e culturais, portanto, o desenvolvimento do sistema político democrático tem de se articular com a realidade respectiva, e quando as condições reais o permitem, os Governos devem promovê-lo, pois se agirem de forma bastante conservadora e se recusarem a promover o seu desenvolvimento, são irresponsáveis, o que, com certeza, não vai favorecer a manutenção da estabilidade social. A economia da RAEM é próspera, mas como a eleição do Chefe do Executivo é feita por um pequeno grupo de pessoas, o Governo alia-se aos empresários e surge o tráfico de interesses, por isso é que o regime de responsabilização nunca foi aplicado, o que tem prejudicado bastante a credibilidade do Governo. A meu ver, a reforma política deve ser promovida gradualmente, por forma a reflectir o avanço democrático, portanto, o Chefe do Executivo deve definir uma calendarização e traçar os objectivos para a concretização da sua eleição por sufrágio directo, e a Assembleia Legislativa, por sua vez, deve promover, já na próxima legislatura, que mais de metade dos seus assentos sejam directos, para que, com base nisso, se caminhe gradualmente até ao sufrágio universal para todos os assentos. Espero que Macau e o País tenham um desenvolvimento estável, e que o País e o povo possam contribuir para o desenvolvimento da humanidade. E quanto à criação de regimes, o sufrágio universal destaca a importância do direito à igualdade, portanto, trata-se de um assunto a que não nos podemos esquivar.

Nos termos da decisão e dos esclarecimentos do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, em 2014, o Chefe do Executivo ainda foi escolhido pela Comissão Eleitoral, mas nos termos da Lei Básica, poderá vir a ser eleito por sufrágio universal no futuro. A implementação de um sistema político democrático é

uma forma eficaz para reprimir o conluio e o tráfico de interesses, demonstrando verdadeiramente os direitos políticos de que gozam os residentes permanentes. No Programa Político Eleitoral de 2014, o Chefe do Executivo comprometeu-se, expressamente, a desenvolver, gradualmente, o sistema político democrático em conformidade com a Lei Básica. No entanto, passados dois anos, o Chefe do Executivo reeleito ainda não avançou com a reforma política. Se a situação continuar a arrastar-se, será impossível implementar um sistema político democrático até 2019, ou seja, antes de terminar o seu mandato.

O Chefe do Executivo tem a responsabilidade de iniciar, quanto antes, o referido processo, cumprindo a sua promessa de promover a reforma do sistema eleitoral para o Chefe do Executivo!

Em Fevereiro de 2015, os SAFF, em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, responderam à minha interpelação escrita, na qual afirmam que o Governo continua a prestar atenção às opiniões dos sectores e a promover o desenvolvimento do sistema político no cumprimento rigoroso da Lei Básica. No debate das LAG, apresentei as conclusões dum inquérito à opinião pública feito por amostragem, no qual 60% dos inquiridos entendem que o Chefe do Executivo deve ser eleito através de um voto uma pessoa, e 2/3 deles são de opinião que isso deve acontecer em 2019 e que devem ser os residentes a propor os candidatos. Solicito então ao Chefe do Executivo que respeite a opinião pública, que concretize o desejo da maior parte dos inquiridos, que melhore o regime eleitoral para o Chefe do Executivo, que assuma uma atitude de abertura quanto à forma da propositura, que crie o regime um voto uma pessoa para a eleição do Chefe do Executivo, e, por último, que desenvolva, passo a passo, um sistema político democrático, no cumprimento rigoroso da Lei Básica.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

**Au Kam San:** Obrigado, Sr. Presidente.

Caros Colegas:

O último processo de candidatura a habitações económicas realizou-se de Dezembro de 2013 a Março de 2014, tendo sido disponibilizado um total de 1900 fracções para os interessados. Em 2012, o actual Chefe do Executivo, Chui Sai On, afirmou que a reabertura do processo de inscrição dos candidatos em 2013 seria aproveitada pelas autoridades para tomar conhecimento do número de habitações económicas procuradas pela sociedade, o que seria utilizado depois para fundamentar o planeamento e a construção dessas habitações.

No referido processo, candidataram-se 42 mil famílias. A Lei da Habitação Económica foi também revista para os serviços competentes reduzirem o volume de trabalho, efectuando-se, primeiro, o sorteio e, depois, a análise das candidaturas. Com essa revisão da lei, foi alterado o procedimento de se analisar primeiro a qualificação dos candidatos, passando a análise a ser feita ao grupo dos primeiros candidatos da lista do sorteio. Assim, as candidaturas dos restantes interessados não foram tidas em conta na apreciação. Por isso, foi impossível confirmar o número de candidaturas excluídas que reuniam condições no referido total de 42 mil famílias. Porém, a experiência com as habitações económicas e sociais diz-nos que cerca de 60 a 70 por cento dos candidatos reúnem condições, o que permite estimar que deviam reunir condições 25 a 29 mil das 42 mil famílias candidatas. Como foram disponibilizadas apenas

1900 fracções nesse processo, isto significa que não vai ser satisfeita a procura de habitações económicas de, pelo menos, 23 a 27 mil famílias qualificadas. Deste modo, não será concretizada a afirmação do Chefe do Executivo de aproveitar essa informação como fundamento para o planeamento e a construção dessas habitações. Por outro lado, como essa última candidatura a habitações económicas foi realizada há dois anos e meio, quando é que terá início um novo processo? Os interessados com necessidade dessas fracções para habitação não podem ficar sempre à espera.

Como se sabe, a apreciação das últimas candidaturas a habitações económicas tem sido lenta, daí que continuem a existir enormes dificuldades na atribuição das 1900 fracções, situação que é irracional. Não se sabe se as autoridades estão, ou não, a arrastar a apreciação de propósito, logo, não concluindo o tratamento das últimas candidaturas a fim de servir de fundamento para recusar a abertura de novos concursos para habitação económica. Mas esta prática apenas expõe a baixa eficiência e a incompetência na governação por parte da Administração.

Mais, as autoridades procederam às consultas sobre a revisão da Lei da Habitação Económica e, depois destas, com o fundamento de ser mais urgente a introdução do regime de apreciação precedida de sorteio, procederam à revisão, ao nível técnico, da lei em causa. Quanto aos conteúdos considerados como alterações relevantes, tais como a substituição do regime de sorteio e de dissolução de grupos, pela recuperação do regime de ordenação por pontuação, estes apenas vão ser tidos em conta na próxima revisão. Porém, depois da revisão no ano passado, cuja envergadura era pequena e sobre a qual passou, até à data, mais de um ano, não se vê avançar a próxima, na qual importará, eventualmente, repor a situação, no sentido de ser substituído o regime de sorteio e de dissolução de grupos pela ordenação por pontuação, que é mais razoável e com bom aproveitamento de recursos. Quanto a isto, será que também existe um arrastamento propositado?

Esta já é a última sessão da presente legislatura e, se o projecto de lei for submetido muito tarde à Assembleia Legislativa, os respectivos trabalhos legislativos já não serão concluídos nesta legislatura, resultando assim num “aborto” e num atraso para os trabalhos da sua alteração.

Pelo exposto, a atitude do Governo é muito passiva em relação à oferta de habitação pública, nomeadamente, económica. Decorridos já 4 anos após a oferta das 19 mil fracções públicas, há apenas 1900 fracções económicas disponíveis para atribuir, e algumas são o “refúgio”. Depois destas, já não houve mais, nem qualquer projecto novo de habitação. O terreno sito na Avenida Wai Long e envolvido num caso de corrupção, com área superior a 80 000 m<sup>2</sup>, onde poderá haver mais de 10 mil fracções, devia ser recuperado, mas, para evitar nova aquisição de habitação económica, o Governo adiou isso invocando o planeamento urbanístico.

É uma vergonha termos um Governo assim! O primeiro-ministro Li Keqiang, durante a sua visita a Macau, também mandou resolver devidamente os problemas de habitação e trânsito. Mas o primeiro-ministro já partiu. O Chefe do Executivo e os dirigentes vão prestar a devida atenção a isto?

Obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados:

Termina por aqui o período de antes da Ordem do Dia. Façam o favor de aguardar um pouco nos vossos lugares.

**(Entrada dos representantes do Governo no hemiciclo)**

**Presidente:** Srs. Deputados:

Entremos na Ordem do Dia. O 1.º ponto da Ordem do Dia é a apresentação do Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2015 e do Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2015, pelos representantes do Governo. Antes de mais, em nome da Assembleia Legislativa (AL), dou as boas-vindas ao Sr. Secretário Leong, Sr. Ho Veng On, Comissário de Auditoria e aos Srs. Governantes, pela presença, hoje, neste Plenário. A seguir, vou convidar o Sr. Secretário Leong a fazer apresentação do Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2015.

**Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac:** Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente,

Exmos. Srs. Deputados:

As receitas orçamentais iniciais do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) para 2015 foram de 154 658 milhões de patacas, enquanto as despesas orçamentais iniciais cifraram-se em 83 717 milhões de patacas. Para articular-se com os programas governativos do presente Governo, foi elaborada uma proposta de revisão relativa ao orçamento para 2015, tendo a proposta de revisão orçamental sido aprovada na Assembleia Legislativa através de Lei n.º 5/2015. Após a revisão, as receitas orçamentais fixaram-se em 119 970 milhões de patacas, com uma diminuição de 34 688 milhões de patacas, comparativamente às receitas inicialmente orçamentadas, sendo as despesas orçamentais de 83 761 milhões de patacas, representando um aumento de 44 milhões em comparação com o orçamento inicial.

Na execução orçamental efectiva, verificou-se uma redução nas receitas das finanças públicas de 2015, contudo, o Governo da RAEM continuou, de forma oportuna, a implementar diversas medidas favoráveis à população. Cumprindo-se os princípios de manutenção das despesas dentro dos limites das receitas, e de prudência financeira, o resultado das receitas e das despesas das finanças públicas continuou a registar um saldo positivo, no qual, a “Conta Ordinária Integrada do Governo” ascendeu a 35 358 milhões de patacas, e as “Contas Agregadas dos Organismos Especiais” atingiram 17 284 milhões de patacas.

Seguidamente, começo por apresentar, de forma sucinta, a “Conta Ordinária Integrada do Governo” e, posteriormente, o resumo das “Contas Agregadas dos Organismos Especiais”.

O valor total da receita ordinária integrada do Governo, no ano de 2015, foi de 116 111 milhões de patacas, verificando-se um decréscimo de 28,3%, ou seja, de 45 750 milhões de patacas face ao ano de 2014. Quanto aos impostos directos de 2015, no “Imposto Especial sobre o Jogo” relativo aos “Jogos de Fortuna ou Azar ou Outros Jogos em Casino”, foram arrecadados 82 526 milhões de patacas, que se traduziram numa descida de 44 071 milhões de patacas, face ao ano de 2014. O “Imposto Complementar de Rendimentos” e o “Imposto Profissional” ascenderam a 5746 milhões e 2058 milhões de patacas, respectivamente, representando



uma variação positiva de 1313 milhões de patacas e 321 milhões de patacas, comparativamente a 2014. Por outro lado, as “Contribuições para o Desenvolvimento Urbanístico, Promoção Turística e Segurança Social”, provenientes dos contratos de concessão para a exploração do jogo, registaram uma receita de 5152 milhões de patacas, correspondendo a um decréscimo de 2698 milhões de patacas, face ao ano de 2014. Em relação às “Outras receitas de capital”, arrecadaram-se 4486 milhões de patacas, valor que em conformidade com o Regime de Administração Financeira Pública, reflecte os saldos de gerência dos Organismos autónomos incorporados nas receitas de 2015, equivalendo a uma subida de 543 milhões de patacas face ao ano de 2014; Além disso, os “Impostos Indirectos” cifraram-se em 4221 milhões de patacas, ou seja, um recuo de 1444 milhões de patacas em relação a 2014, dos quais, os montantes do “Imposto do Selo” e do “Imposto de Turismo” foram de 2050 milhões de patacas e 665 milhões de patacas, respectivamente, representando uma redução de 1075 milhões de patacas e 137 milhões de patacas face ao ano de 2014.

O valor total da despesa ordinária integrada do Governo para 2015, cifrou-se em 80 754 milhões de patacas, com uma taxa de execução de 85,9%, reflectindo uma subida de 20,4%, ou seja de 13 675 milhões de patacas, em comparação com o ano de 2014. A parte relacionada com as despesas correntes perfaz 68 019 milhões de patacas, com uma taxa de execução de 90,7%, enquanto as despesas de capital relacionadas com o Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA) ascenderam a 12 735 milhões de patacas, com uma taxa de execução de 66,9%.

Segundo a classificação económica, o peso de cada capítulo no total da despesa ordinária integrada, foi o seguinte:

✧ Transferências Correntes: 37 867 milhões de patacas, representando 46,9%;

✧ Pessoal: 17 189 milhões de patacas, representando 21,3%;

✧ Bens e Serviços: 9984 milhões de patacas, representando 12,4%;

✧ Investimentos: 9726 milhões de patacas, representando 12%;

✧ Outras Despesas Correntes: 2979 milhões de patacas, representando 3,7%;

✧ Operações Financeiras: 2857 milhões de patacas, representando 3,5%;

✧ Transferências de Capital: 151 milhões de patacas, representando 0,2%.

Nas “Transferências Correntes” do ano de 2015, as despesas destinadas ao bem-estar social da população e à educação incluem essencialmente:

✧ Subsídios e abonos concedidos a toda a população de Macau, cujo valor atingiu 9496 milhões de patacas, comportando a injeção de capital na conta individual de previdência, o Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, o Plano do Subsídio para o Consumo de Electricidade, o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde e o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento;

✧ Subsídio para idosos, cujo valor ascendeu a 517 milhões de patacas;

✧ Subsídios e abonos destinados às camadas menos favorecidas, cujo valor chegou a 498 milhões de patacas, abrangendo o apoio económico concedido regularmente a indivíduo/ família, o subsídio de invalidez, o plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social, e o subsídio complementar aos rendimentos do trabalho;

✧ Subsídios e abonos atribuídos ao pessoal docente e aos alunos, cujo valor foi de 1072 milhões de patacas, abarcando o subsídio e o prémio de antiguidade concedidos ao pessoal docente das instituições educativas particulares, o subsídio de propinas concedido aos alunos que frequentaram instituições educativas particulares não subsidiadas, o subsídio para aquisição de manuais escolares, o subsídio para aquisição de material escolar concedido aos residentes de Macau que frequentaram o ensino superior, bem como os apoios pecuniários aos alunos economicamente carenciados, necessários ao pagamento de propinas e subsídios de alimentação e à aquisição de material escolar.

Segundo a classificação funcional, o peso de cada função no total da despesa ordinária integrada, foi o seguinte:

✧ Outras Funções: 28 963 milhões de patacas, representando 35,9%: nas quais, foram lançadas verbas visando medidas favoráveis à população, sobretudo o “Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico para o ano de 2015” e o “Plano de Subvenção Temporário do Pagamento das Tarifas de Energia Eléctrica às Unidades Habitacionais”, respectivamente, no valor de 5786 milhões de patacas e de 450 milhões de patacas;

✧ Educação: 9633 milhões de patacas, representando 11,9%;

✧ Serviços Gerais de Administração Pública: 8962 milhões de patacas, representando 11,1%;

✧ Serviços Económicos: 8760 milhões de patacas, representando 10,8%: Transportes – 3455 milhões de patacas, representando 39,4%; Administração, regulamentação e investigação – 1801 milhões de patacas, representando 20,6%; Turismo – 1205 milhões de patacas, representando 13,8%; Ordenamento físico/ ambiente – 985 milhões de patacas, representando 11,2%; e Infra-estruturas – 730 milhões de patacas, representando 8,3%;

✧ Previdência Social: 7438 milhões de patacas, representando 9,2%;

✧ Segurança Pública: 6763 milhões de patacas, representando 8,4%;

✧ Saúde: 6319 milhões de patacas, representando 7,8%;

✧ Outros Serviços Colectivos/ Sociais: 2224 milhões de patacas, representando 2,8%;

✧ Habitação: 1691 milhões de patacas, representando 2,1%.

No âmbito do PIDDA de 2015, segundo as funções e os respectivos montantes, a despesa efectiva realizada foi

disponibilizada através dos seguintes itens:

✧ Serviços Económicos: 3528 milhões de patacas, incluindo principalmente as despesas com o “Sistema dos Transportes Colectivos Urbanos”, o “Fornecimento de Sistema e Material Circulante para a 1.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro”, e a zona A dos novos aterros urbanos;

✧ Segurança Pública: 2277 milhões de patacas;

✧ Habitação: 1339 milhões de patacas, envolvendo, principalmente, as despesas com os projectos da Habitação Pública no Bairro da Ilha Verde, no valor aproximado de 580 milhões de patacas, seguindo-se os projectos da Habitação Pública na Estrada Nordeste da Taipa e no Bairro de Fai Chi Kei, respectivamente, no valor de 303 milhões de patacas e de 271 milhões de patacas;

✧ Saúde: 688 milhões de patacas;

✧ Educação: 364 milhões de patacas;

✧ Serviços Gerais de Administração Pública: 322 milhões de patacas;

✧ Previdência Social: 303 milhões de patacas;

✧ Outros Serviços Colectivos/ Sociais: 127 milhões de patacas.

A despesa efectiva realizada no âmbito do PIDDA, em 2015 aumentou 1693 milhões de patacas, ou seja, 23,3%, em comparação com 2014.

A receita ordinária integrada do Governo em 2015 fixou-se em 116 111 milhões de patacas, representando um decréscimo de 28 892 milhões de patacas face à inicialmente orçamentada. Simultaneamente, a despesa ordinária integrada, no valor de 80 754 milhões de patacas, foi inferior em 12 388 milhões de patacas à que havia sido inicialmente orçamentada. Sendo as receitas efectivamente realizadas superiores às despesas, o saldo total da conta ordinária integrada de 2015 foi de 35 358 milhões de patacas, das quais 29 299 milhões de patacas pertencem à Caixa de Tesouro da RAEM, e 6059 milhões de patacas correspondem ao saldo de gerência dos organismos autónomos.

A seguir, apresenta-se o relatório sobre a execução das “Contas Agregadas dos Organismos Especiais”. A elaboração das contas agregadas dos Organismos especiais baseia-se no regime de acréscimo, cujas razões para sua adopção devem-se, principalmente, à especificidade das funções de certos organismos, dado que só tal regime contabilístico pode reflectir de forma evidente os resultados do exercício, abrangendo as respectivas actividades, essencialmente, a concessão de crédito, os seguros, os investimentos financeiros e os serviços postais. Até ao final do ano de 2015, oito organismos autónomos foram classificados como “Organismos especiais”, nomeadamente, a Direcção dos Serviços de Correios, a Caixa Económica Postal, o Fundo de Pensões, a Autoridade Monetária de Macau, o Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo, a Fundação Macau e o Fundo de Garantia de Depósito.

O rendimento total dos Organismos especiais, reportado a 2015, fixou-se em 29 029 milhões de patacas, evidenciando um incremento de 2615 milhões de patacas, ou seja, de 9,9%, face ao ano de 2014, enquanto o gasto total atingiu 11 745 milhões de patacas, reflectindo

uma subida de 2876 milhões de patacas, ou seja, de 32,4%, comparativamente ao ano de 2014. Durante este período, o saldo foi de cerca de 17 284 milhões de patacas, com um decréscimo de 261 milhões de patacas, ou seja, de 1,5%, comparativamente a 2014.

Esta é a minha apresentação sobre a execução do orçamento de 2015.

Por fim, aproveito esta oportunidade para apresentar à Assembleia Legislativa a situação mais recente da reserva financeira da RAEM. Até Julho de 2016, as reservas básica e extraordinária da reserva financeira desta Região foram, respectivamente, de 132 824 milhões de patacas e de 305 040 milhões de patacas. Quanto ao saldo orçamental central de 2015, no valor de 29 299 milhões de patacas, vai o mesmo ser incorporado na reserva extraordinária, após a devida apreciação nos termos da lei pela Assembleia Legislativa, podendo o valor total da reserva financeira ascender a 467 162 milhões de patacas.

Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, concluo aqui a minha apresentação.

Muito obrigado a todos.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário.

Srs. Deputados: podem colocar questões sobre o relatório apresentado, há pouco, pelo Sr. Secretário Leong. Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

**Mak Soi Kun:** Obrigado, Sr. Presidente.

Depois da apresentação do Sr. Secretário, queria que me fossem esclarecidas umas questões, porque depois da leitura deste relatório reparei que a taxa de execução dos projectos relacionados com a vida da população foi de zero por cento. Quanto às despesas com pessoal, em comparação entre o ano de 2014 e o de 2015, o aumento é de 13,5%, que é o resultado da comparação que fiz com a despesa com pessoal relativa ao ano de 2014.

Quanto à execução orçamental das cinco Secretarias, em 2015, a taxa de execução, em geral, é de 77,5%. A taxa de execução máxima é de 85,8%, relativamente à Secretaria para os Transportes e Obras Públicas; na Secretaria para a Segurança é de 72,5%; na Secretaria para a Administração e Justiça é de 49,9%; e na Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura é de 40%; na Secretaria para a Economia e Finanças é de 19,9%. De um modo geral, este foi o resultado que tirei deste relatório. Mas há um fenómeno, em 2015 a taxa de execução de muitos projectos previstos no PIDDA é de zero por cento, sendo muitos projectos relacionados com a vida da população. Ou seja, a taxa de execução é de zero por cento, o que significa que os problemas relativos à vida da população não foram resolvidos. Por exemplo, fazendo as contas: na Secretaria para os Transportes e Obras Públicas, a taxa de execução dos 58 projectos é de zero por cento; na Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura, a taxa de execução dos 30 projectos é de zero por cento; na Secretaria para a Administração e Justiça, a taxa de execução dos 9 projectos é de zero; na Secretaria para a Segurança, a taxa de execução dos 4 projectos é de zero por cento. Bom! Destes projectos, por exemplo, a construção de um Centro de Actividades Desportivas para a População; a construção de Centros de Saúde; a construção de uma ciclovía pelo IACM. O mais importante agora são as áreas marítimas que passaram para a jurisdição de Macau, mas a Direcção dos

Serviços de Assuntos Marítimos e de Água tem uma taxa de execução do trem naval que é de zero por cento. Bom, por outras palavras, a taxa de execução de zero por cento não atende às necessidades do contexto. Do quadro consta ainda a actualização dos equipamentos da Central de Incineração de Resíduos Sólidos; a construção de instalações de tratamento de recursos residuais; a construção de uma estação de água reciclada em Coloane; a construção de uma estação de tratamento de resíduos do parque industrial transfronteiriço. Estes projectos estão relacionados com a vida da população, com a meta de transformar Macau numa cidade propícia para viver, num Centro Mundial de Turismo e Lazer. Mas a taxa de execução do orçamento do ano de 2015 é de zero por cento. Ou seja, nada foi feito. Como articular a construção de uma cidade propícia para viver com um Centro Mundial de Turismo e Lazer?

Há ainda muitas instalações de apoio, por exemplo, sintetizei que a taxa de execução dos projectos de reparações e manutenção em 2015 é de zero por cento. Quero perguntar ao Sr. Secretário: sendo a taxa de execução de muitos projectos de zero por cento, como foi feito o orçamento naquele ano? Porque foi feito um orçamento cuja taxa de execução é de zero por cento? Nada foi feito, porquê? Vamos proceder ao seu acompanhamento mais tarde, mas nas despesas financeiras vemos bem a eficácia administrativa do Governo. Ou seja, citei a taxa de execução das Secretarias. De um modo geral, este é o ponto da situação da taxa de execução do ano de 2015. Quanto a isto, quero mais informações. Ou seja, se calhar, as informações que tratei... porque não sou especialista nesta matéria, se erreí, agradeço que me corrija. Mas, gostava muito de me informar mais sobre as razões da taxa de execução de tantos projectos ser de zero por cento.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Leong.

**Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac:** Obrigado, Sr. Deputado Mak Soi Kun, pelas suas questões.

Quanto à taxa de execução, a Direcção dos Serviços de Finanças e a Secretaria para a Economia e Finanças estão muito preocupados, especialmente com a taxa de execução de zero por cento de muitos projectos que foram referidos. Enviámos cartas aos respectivos serviços para que, o mais cedo possível, fundamentem a razão de cada projecto, permitindo-nos tomar conhecimento da respectiva situação. Assim, iremos compilar todas as informações para fornecer à AL, para que os Srs. Deputados fiquem bem informados sobre isto, pois foram diversas as causas que levaram à taxa de execução de zero por cento. Para alguns casos, esteve em causa o atraso nas obras, cuja situação em cada serviço foi diferente. Já enviámos cartas aos respectivos serviços para que o fundamentem.

Espero que todos os serviços procedam a uma avaliação do PIDDA contemplado no orçamento, aquando da elaboração orçamental, para que seja aumentada com maior rigor, na medida do possível, a taxa de execução. Espero também que com a futura «Lei do Enquadramento Orçamental» estes problemas sejam resolvidos.

Obrigado.

**Presidente:** Quem quer colocar mais questões?

Tem a palavra o Sr. Deputado Zheng Anting.

**Zheng Anting:** Obrigado, Sr. Secretário, pela sua resposta.

Volto a colocar a mesma questão. No orçamento elaborado em 2015, cito por exemplo a Secretaria para os Transportes e Obras Públicas: a taxa de execução é de 85,8%, mas o andamento das obras executadas pela Secretaria para os Transportes e Obras Públicas não atingiu 85,8%. O dinheiro foi gasto, o dinheiro foi gasto em mais de 80%, no entanto, a taxa de efectividade atingiu também o resultado previsto? Há pouco, o Sr. Secretário já deu uma resposta a esta questão, mas será melhorado este aspecto com a futura Lei do Enquadramento Orçamental?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário.

**Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac:** Obrigado, Sr. Deputado Zheng Anting, pela sua questão.

É uma preocupação de todos se a taxa de execução de certos projectos atingiu ou não o resultado previsto, por exemplo 85,8%. Quanto a isso, talvez seja necessário que os serviços do sector das Obras Públicas expliquem detalhadamente quando estiverem presentes na Comissão, para ficarem bem esclarecidos sobre este aspecto. Conforme expliquei há pouco, espero que os serviços relevantes aumentem a taxa de execução e que elaborem orçamentos com maior precisão. Quanto à taxa de execução da Secretaria para os Transportes e Obras Públicas, o Sr. Secretário Rosário vai esforçar-se para aumentar a taxa de execução, tendo intensificado a comunicação com os nossos colegas dos serviços competentes, no sentido de aumentar essa mesma taxa.

Em relação à taxa de execução de 85,8% dos projectos, qual será a taxa de execução de cada projecto? No debate a realizar em sede de Comissão, iremos convidar os serviços do sector das Obras Públicas para explicar detalhadamente aos Srs. Deputados os projectos que lhes interessam. Está bem?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

**Ng Kuok Cheong:** Enquanto os cidadãos e os colegas estão preocupados com a taxa de execução de certos projectos das Obras Públicas, quero manifestar a minha opinião a nível da apresentação, na generalidade. Isto é, quanto às Obras Públicas, a sua preparação, fundamentação, despesa total e execução foram sempre alvo de dúvidas do público. Sei e acredito que, por um lado, o Governo vai enviar cartas aos serviços relevantes para que sejam respondidas concretamente as questões dos Srs. Deputados; por outro lado, o Governo vai introduzir melhorias na respectiva lei. Mas, neste momento, quero exprimir a minha opinião. Apesar das melhorias a introduzir na Lei do Enquadramento Orçamental, receio que estes problemas não fiquem resolvidos, porque não foi aceite esta sugestão de criar um mecanismo legal em que cada uma das obras públicas de grande importância passe pela AL, para esta as apreciar uma a uma, quanto à sua preparação e orçamento e ainda que seja explicado à AL o andamento das mesmas. A proposta orçamental foi apresentada à AL e foi aprovada pela AL, mas, qual a fundamentação em que se baseia a preparação das obras públicas de grande importância? Quando se inicia uma obra? Quando ficará concluída a obra? Quais as condições concretas? Tudo isto não é explicado detalhadamente. Neste caso, quando voltámos a consultar as informações, tais

problemas repetem-se sempre.

De qualquer forma, apresentei a minha opinião pessoal, com esperança que a RAEM faça melhorias, no final.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário.

**Secretário para a Economia e Finanças, Leong Vai Tac:** Obrigado, Sr. Deputado Ng Kuok Cheong, pela questão colocada.

Importa realçar que a sua preocupação é também a nossa. Espero que num futuro debate, sobre o conteúdo da proposta de lei intitulada Lei do Enquadramento Orçamental, possamos responder à sua questão, especialmente para as obras plurianuais, por exemplo, como calcularmos com maior precisão as estimativas e as despesas a serem realizadas nos anos consecutivos, para além do orçamento do ano a que se reportem. Esperamos que com a Lei do Enquadramento Orçamental possamos responder a estas questões. Quanto a estas questões, penso que no debate da proposta de lei intitulada Lei do Enquadramento Orçamental vão ficar melhor esclarecidos.

Obrigado.

**Presidente:** Mais alguém quer colocar novas questões?

A seguir, vou convidar o Sr. Comissário da Auditoria a apresentar o Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2015.

**Comissário da Auditoria, Ho Veng On:** Obrigado.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

O Comissariado da Auditoria concluiu em finais de Setembro a auditoria à Conta Geral de 2015 da Região Administrativa Especial de Macau, entregue pela Direcção dos Serviços de Finanças em finais de Maio, tendo examinado exaustivamente a “Conta ordinária integrada do Governo” e a “Conta agregada dos organismos especiais” que constituem a Conta Geral.

Desde 2011, de acordo com o Despacho do Chefe do Executivo n.º 121/2011, elabora-se a conta geral que é constituída pela Conta Central do Governo da RAEM e pela Conta ordinária integrada do Governo, que é composta pela conta de gerência dos organismos especiais, elaborada segundo a contabilidade em regime de caixa, e pela conta agregada dos organismos especiais composta pelas contas de gerências dos organismos especiais, elaborada em regime de acréscimo.

Desde 2012, de acordo com a Lei n.º 8/2011, depois da Reserva Financeira criada pelo Regime Jurídico da Reserva Financeira, depois da transferência das informações do Tesouro para a Reserva Financeira, a Direcção dos Serviços de Finanças começou a apresentar, sob a forma de Nota da Conta Ordinária Integrada do Governo, estas informações que deixam de integrar os activos da Reserva Financeira da Conta Ordinária Integrada do Governo, referentes aos activos da Reserva Financeira da Conta Ordinária Integrada do Governo, incluindo a transferência entre a caixa do Exercício e o Tesouro, investimento, resultados e saldo de fim do ano, de forma que na Conta Geral são reveladas adequadamente as informações referentes à Reserva Financeira. Por isso, ao formular o seu Relatório de Auditoria sobre a Conta Ordinária Integrada do

Governo, o Comissariado da Auditoria toma necessariamente também em conta a autenticidade das informações respeitantes à Reserva Financeira.

Nos termos da conta, a Conta Ordinária Integrada do Governo de 2015 reflecte as receitas, as despesas e os activos, no total de cerca de 116,1 mil milhões de patacas, 80,8 mil milhões de patacas e 181,5 mil milhões de patacas, respectivamente. Esta Conta abrange os dados financeiros da Caixa de Tesouro do Governo e de 50 serviços integrados, bem como as contas de gerência de 12 serviços dotados de autonomia administrativa e de 37 entidades autónomas, envolvendo cerca de 1,8 milhões registos contabilísticos. O saldo final da Reserva Financeira apresentado na Nota da Conta Ordinária Integrada do Governo é de cerca de 345,1 mil milhões de patacas, tendo a referida Reserva envolvido cerca de 680 mil registos contabilísticos. Relativamente à Conta Agregada dos Organismos Especiais”, os rendimentos, os gastos e os activos totalizaram, respectivamente, cerca de 29 mil milhões de patacas, 11,7 mil milhões de patacas e 378 mil milhões de patacas, envolvendo cerca de 1,53 milhões registos contabilísticos de 8 organismos especiais.

Em termos do trabalho de auditoria, além da necessidade de enfrentar a quantidade de trabalho de auditoria acima mencionado, nos últimos anos, vem-se verificado mudanças, em termos de qualidade, o que também traz muitos desafios, especialmente a Reserva Financeira e a carteira de investimentos de alguns organismos especiais, que são caracterizadas principalmente pela cobertura, sendo necessário ter o valor estimado dos derivados e o valor dos títulos não negociados em bolsa, com vista a aumentar os retornos. Além disso, tanto para a contabilidade da área de investimentos, como para a contabilidade da outra área, devido ao desenvolvimento rápido da teoria da contabilidade e ao aumento crescente das exigências da prática, nos últimos anos, o regime contabilístico de acréscimo referente aos métodos de escrituração contábil e a medição contábil é mais complexa, face à contabilidade pública. Além disso, não está regulado o plano de contas privativo dos organismos especiais e da Reserva Financeira. Ao estudar a adequação da escrituração contabilística, o CA consultou não só as Normas de Macau de Relato Financeiro e as Normas Internacionais de Relato Financeiro, como também analisou se as mesmas são aplicáveis, ou não, na respectiva situação: caso a escrituração seja feita de acordo com as normas acima referidas, qual seria o impacto efectivo produzido sobre a Conta Geral? Por isso, foi um desafio para o trabalho de auditoria em termos qualitativos e quantitativos.

No que respeita à qualidade dos trabalhos de auditoria, apesar dos ajustamentos que se têm verificado nos últimos anos no orçamento global e nas receitas efectivas do Governo da RAEM, devido a factores externos, o Comissariado da Auditoria continuou a aplicar um nível de materialidade rigoroso, conforme o adoptado em 2011, por forma a manter o grau de exactidão e rigor na auditoria financeira.

À semelhança dos anos anteriores, no decurso da auditoria verificaram-se erros contabilísticos que envolvem avultadas importâncias e, por outro lado, existem descrições reveladas nas demonstrações financeiras que não reflectem, de forma razoável, a situação real. Nestas circunstâncias, o CA recomendou aos respectivos serviços públicos e à Direcção dos Serviços de Finanças, responsável pela elaboração da Conta Geral, que efectuassem as rectificações. As opiniões de auditoria constantes do Relatório de Auditoria da Conta Geral foram emitidas com base na versão final da Conta Geral rectificada. No entanto, os serviços públicos em



causa devem prestar atenção aos erros contabilísticos acima referidos, adoptando acções de melhoria para que não seja afectada a exactidão da elaboração da Conta Geral.

Nos anos mais recentes, o Comissariado da Auditoria tem alargado o âmbito de cobertura da auditoria baseada em tecnologias de informação e comunicação. Em 2013, entrou em funcionamento o Programa Informático de Auditoria *in loco*, desenvolvido com o apoio do Gabinete de Auditoria Nacional, para os trabalhos de verificação, cálculo, pesquisa e integração das informações contabilísticas da Conta Central e das Contas de Gerência dos serviços dotados de autonomia administrativa e das entidades autónomas. No ano transacto, o Comissariado da Auditoria começou a aplicar o Programa Informático para uniformizar os registos contabilísticos electrónicos produzidos por *softwares* informáticos adoptados em 7 organismos especiais e na Reserva Financeira. Através de uma série de procedimentos de trabalho e da aplicação das tecnologias informáticas, o Comissariado da Auditoria empenhou-se em manter a qualidade dos resultados de auditoria. É de salientar que, antes da apresentação do “Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2015” ao Chefe do Executivo, todo o processo foi ainda sujeito a um conjunto de procedimentos de auditoria interna, conduzido por uma unidade interna com autonomia funcional no seio do Comissariado da Auditoria, com o objectivo de assegurar que foram recolhidas as provas de auditoria suficientes e adequadas para fundamentar a opinião de auditoria.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Depois da conclusão dos trabalhos de auditoria à Conta supramencionada, o resultado da auditoria mostra que as demonstrações financeiras ali referidas foram preparadas de acordo com a lei; ao mesmo tempo, mostra também os aspectos importantes que revelam os regimes aplicáveis, a posição financeira da Região Administrativa Especial de Macau, à data de 31 de Dezembro do referido ano, e os resultados de execução orçamental com base nas liquidações concluídas até essa data.

Assim, decidimos emitir a opinião “sem reservas” à Conta Geral de 2015 da RAEM.

Obrigado a todos.

**Presidente:** Obrigado ao Sr. Comissário da Auditoria.

Srs. Deputados:

Podem expor opiniões sobre a apresentação e relatório pelo Sr. Comissário da Auditoria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

**Mak Soi Kun:** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. Dirigentes:

Quero apenas levantar uma questão muito simples. Nos anos anteriores, elaborava-se o relatório da auditoria no final do ano. Ou seja, sabia-se a situação da execução orçamental só nos finais de

cada ano, mas, agora foi publicado o relatório em Setembro, antecipadamente. Parece que a eficácia administrativa aumentou. Então, foi aumentada a mão-de-obra ou tiveram outra solução? Pode revelá-lo?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Comissário da Auditoria.

**Comissário da Auditoria, Ho Veng On:** Obrigado ao Sr. Presidente; obrigado pela atenção do Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Em conformidade com a lei, o Comissariado da Auditoria procede à auditoria da situação da execução orçamental num prazo de nove meses após a conclusão de cada ano económico, a fim de publicar o relatório. Depois da minha transferência para o Comissariado da Auditoria, até à presente data, tenho comunicado continuamente com a DSF e de forma que a DSF entregou as informações atempadamente ao Comissariado da Auditoria e procedemos à auditoria. Até à presente data, realizámos o trabalho de auditoria com brevidade e precisão, procedemos à verificação interna e examinámos novamente o trabalho de auditoria. Mas o nosso tempo estava apertado, porque eu e os meus colegas queríamos melhorar cada vez mais a qualidade do trabalho de auditoria. Quanto aos recursos humanos, há anos que foram aumentados os recursos humanos. Mas, presentemente, devido ao desenvolvimento e mudanças, o trabalho de auditoria é feito com computadores.

Tenho dito.

Obrigado ao Sr. Presidente.

**Presidente:** Srs. Deputados:

Mais opiniões?

Caso não tenham mais opiniões, vou entregar o Relatório sobre a Execução do Orçamento de 2015 à apreciação da 3ª Comissão Permanente. Pedia a esta Comissão que quando concluírem o parecer e a resolução os apresentem para apreciação no Plenário.

Está concluído este ponto da Ordem do Dia. Queria agradecer mais uma vez ao Sr. Secretário Leong, ao Sr. Comissário da Auditoria Ho Veng On e aos Srs. Governantes pela presença neste Plenário.

#### (Saída dos governantes)

**Presidente:** Srs. Deputados:

Passemos para o ponto 2 da Ordem do Dia, que é o Projecto de deliberação do Plenário relativo à Proposta do Orçamento Privativo da Assembleia Legislativa para o ano económico de 2017. A seguir, vou convidar o Sr. Tsui Wai Kwan, Presidente do Conselho Administrativo, a fazer apresentação.

**Tsui Wai Kwan:** Obrigado Sr. Presidente.

Exmos. Srs. Deputados:

Nos termos do artigo 41.º da Lei n.º 11/2000, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 14/2008, Lei n.º 1/2010 e Lei n.º 3/2015,

submete-se à aprovação do Plenário a proposta de Orçamento Privativo da Assembleia Legislativa relativo ao ano económico de 2017, no valor global de 182 milhões e 300 mil patacas (MOP 182 300 000,00).

A presente proposta de orçamento apresenta um decréscimo de 1 milhão 614 mil e 500 patacas (-0,88%) em relação ao Orçamento Inicial do ano de 2016, no valor global de 183 milhões, 914 mil e 500 patacas.

Porém, quando considerado o Orçamento Corrigido da AL para 2016, após aprovação do primeiro Orçamento Suplementar, por Deliberação do Plenário de 21 de Março de 2016, no valor global de 189 milhões 497 mil e 128 patacas e 1 avo, o decréscimo da despesa orçamentada proposta para 2017 é de 7 milhões 197 mil e 128 patacas e 1 avo, ou de 3,8 por cento.

Seguindo o critério da Direcção dos Serviços de Finanças para efeitos de justificação das propostas de despesa orçamentada, a apresentação de um orçamento para 2017 com uma despesa global inferior em 1 milhão 614 mil e 500 patacas à despesa global do Orçamento Inicial de 2016 justifica-se, no essencial, pelas seguintes razões:

1. Aumento das “*despesas com pessoal*”, no valor de 5 milhões e 317 mil patacas (+4,04%), devido, principalmente, à actualização para 8100 patacas do valor do índice 100 da tabela indiciária, a partir de 1 de Janeiro de 2016, conforme o previsto no artigo 23.º da Lei n.º 15/2015;

2. Diminuição das despesas com “*bens e serviços*”, no valor de 3 milhões 473 mil e 500 patacas (-10,17%), devido, principalmente, à redução das dotações nas seguintes rubricas: “Diversos”, “Locação de bens imóveis”, “Passagens para missão oficial”, “Representação” e “Seminários e congressos”;

3. Diminuição do valor das “transferências correntes” em comparação com o orçamento do ano anterior, no valor de 18 mil patacas (-60%);

4. Diminuição das “outras despesas correntes”, no valor de 40 mil patacas (-0,34%), devido, principalmente, à redução da dotação da rubrica “Seguros/Pessoal”;

5. Diminuição do valor da dotação do capítulo das “despesas de capital”, no valor de 3 milhões e 400 mil patacas (-53,97%), devido, sobretudo, a menores necessidades de renovação de equipamentos em 2017, em comparação com o ano de 2016.

Sr.s Deputados, a presente proposta de orçamento, acompanhada dos respectivos anexos e devidamente fundamentada, reúne todos os requisitos legais para ser apreciada e votada.

À consideração deste Plenário.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Srs. Deputados:

Quer opinar? Pode fazê-lo.

Caso ninguém queira opinar, vamos proceder à votação do Projecto de deliberação do Plenário relativo à Proposta do Orçamento Privativo da Assembleia Legislativa para o ano económico de 2017. A votação é feita por maioria simples.

Vamos votar na generalidade. Procedam à votação.

**(Votação)**

**Presidente:** Aprovado.

Como só tem um artigo, vamos proceder à votação na especialidade. Procedam à votação.

**(Votação)**

**Presidente:** Aprovado.

O 2.º ponto da Ordem do Dia foi aprovado.

Srs. Deputados:

Hoje é o início da 4.ª Sessão, da 5.ª Legislatura, da Assembleia Legislativa. De acordo com o Regimento da Assembleia Legislativa, vou agora convidar os membros das Comissões Permanentes a dirigirem-se às respectivas salas de reunião para realizar as eleições do respectivo Presidente e Secretário.

Os membros da 1.ª, 2.ª e 3.ª Comissão Permanente vão para as salas de reunião n.ºs 1, 2 e 3; a Comissão de Regimento e Mandatos vai para a sala de reunião n.º 4. Agora, declaro aberta a reunião para as respectivas eleições. Declaro encerrada a reunião plenária.

Há Deputados que queiram fazer declaração de voto? Não há. Terminamos aqui o tratamento das três matérias agendadas. Agradeço a presença dos Srs. Deputados na reunião de hoje. Declaro encerrada a sessão.

**Intérpretes-Tradutores:** Gabinete de Tradução

**Redactores:** Divisão de Redacção e Publicações